

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E CINCO** -----

----- No dia 25 de Fevereiro de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Cristina Martinho Ferreira Costa, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado da Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel Passos Rapoula, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Gordo Martins, João Jofre da Fonseca Costa, João Manuel Sousa Santos Reis, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Dimas Bernardes Salsinha, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Levi Marques dos Santos, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Branco da Silva, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Mendes Nobre Gusmão, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando

Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Pedro Miguel Alves Amaro, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Sérgio Rui Lopes Cintra, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Marques Barbacena e José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alexandra Gomes, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, João de Deus Gomes Pires. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), para a presente reunião, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Marques Barbacena. -----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido pela Deputada Municipal Alexandra Gomes. -----

----- Pedro Portugal (PSD), por 2 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), de 23 de Fevereiro a 7 de Março e de 17 a 30 do mesmo mês, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Cristina Ferreira Costa. -----

----- Luísa Vicente Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Maria Custódia Fernandes Costa (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Maria Helena Carvalho dos Santos (PS), até ao dia 17 de Março de 2003, sendo substituída pelo Deputado Municipal Flávio Freitas Rodrigues Fonte. -----

----- Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Ferreira de Lemos (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Miguel Alves Amaro. -----

----- Rodrigo Moctezuma Pinto Leite (PPM), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Foi justificada a falta e admitida a substituição do seguinte Deputado Municipal, Presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Às 17 horas, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião e de seguida fez a seguinte intervenção: “Quero lembrar João Amaral, o nosso Presidente, falecido recentemente. A Assembleia Municipal, que todos nós construímos com ele, tem de honrar a cidade e honrar a sua memória. -----

----- A Mesa, o Sr. Secretário José Manuel Rosa do Egípto e a Sra. Secretária Virgínia Estorninho, com certeza que ajudarão – já estão a ajudar – o Presidente. Será, portanto, um trabalho de conjunto. -----

----- Pela minha parte tudo farei para que assim seja, e este é o primeiro compromisso que aqui assumo, chamando a vossa atenção para a necessidade de me ajudarem com a vossa experiência. -----

----- Os trabalhos que temos pela frente são muitos e exigentes. Prestigiar a Assembleia Municipal é contribuir para que as Comissões Permanentes e Eventuais sejam activas, tenham uma vida democrática e sejam uma escola de aprendizagens diversificadas, de eficácia e de rigor, que Lisboa merece. -----

----- A população de Lisboa, as instituições e as associações representativas e populares podem continuar a contar connosco. Daqui as saudamos. -----

----- As Juntas de Freguesia, condignamente aqui presentes, com a participação e o empenhamento dos seus Presidentes, estarão no nosso quotidiano e na acção que vamos continuar a desenvolver. -----

----- Os trabalhadores da Assembleia Municipal e de todo o Município terão, nesta Assembleia, um órgão democrático para os acompanhar na acção que é necessário promover, para o progresso da cidade e o bem-estar das populações dos bairros e das freguesias. -----

----- A Câmara Municipal continuará a ter toda a colaboração institucional que este órgão deve prestar ao Município, assumindo, o Presidente e da Mesa, bem como a Conferência de Líderes e todos os eleitos, a necessária postura de dignidade, de rigor e de respeito democrático que é timbre desta Assembleia Municipal. -----

----- Finalmente, quero saudar o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e das Assembleias de Freguesia e todos os eleitos da cidade nos Órgãos do Município, e, com especial empenhamento e dedicação, os eleitos de todas as forças políticas nesta Assembleia Municipal, seguro de que iremos trabalhar muito para o progresso e a felicidade dos lisboetas. É para eles e com eles que aqui estamos, desejando ainda e vivamente que participem neste órgão que é, e deve continuar a ser, o Parlamento da Cidade. -----

----- Muito obrigado pela confiança que em mim depositaram e que tudo corra bem, em estabilidade e eficácia, para honra e progresso da Cidade de Lisboa.” -----

----- Seguidamente informou a Assembleia que na Conferência de Líderes ficou assente a seguinte rearrumação dos pontos da Ordem de Trabalhos: iniciariam a Ordem do Dia com a discussão e votação do ponto 5, a que se seguiriam os pontos 6 e 2, passando-se depois ao ponto 1 e retomando-se a partir daí a ordem normal dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos. -----

----- Disse, ainda, que após a intervenção do público a Mesa convocaria a Conferência de Líderes para realizar uma curta reunião a fim de se decidir a continuação desta Sessão. -----

-----Depois, nos termos regimentais, declarou aberto o período destinado à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **O Sr. Lucindo Ribeiro Cardoso**, Lucindo Ribeiro Cardoso, morador na Rua de Campolide, 73 – 3º, 2070-027 Lisboa, leu uma extensa exposição sobre o caso de duas chaminés colocadas no prédio onde habita, as quais, segundo ele, “vomitam” o fumo para dentro de sua casa. -----

----- Recordou que já expôs este assunto pelo menos uma dezena de vezes na Assembleia Municipal, assunto que estava praticamente resolvido e por isso a última vez que interveio na Assembleia foi para agradecer o empenho demonstrado na sua resolução. Só que agora a questão voltou a parar e os estabelecimentos em causa, concretamente a Pastelaria Campolide e o Bar Restaurante Joni & Roi, Lda, apesar de não terem alvará de licença de utilização, continuavam em plena laboração. -----

----- Entregou na Mesa a exposição acabada de ler. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Mesa tomaria providências no sentido de procurar resolver o assunto. -----

----- **O Sr. Dr. Carlos Meira**, morador na Rua Mário Chicó, 4º 5 loja, 1600-643 Lisboa, falando na qualidade de Presidente da Associação de Residentes de Telheiras, depois de felicitar o Sr. Presidente da Assembleia pela sua recente eleição para o cargo e desejar-lhe as maiores felicidades no seu desempenho, disse que a questão que pretendia colocar tinha a ver com os acessos rodoviários ao novo estádio do Sporting, um conjunto que estava a ser intervencionado com impactos significativos em Lisboa, mas fundamentalmente a questão que levava a Comissão de Residentes de Telheiras a intervir tinha a ver com a prevista construção de um viaduto na Av. Padre Cruz, junto a prédios de habitação. -----

----- A Associação de Residentes e os moradores da zona vinham expressando o seu descontentamento quando a essa solução em viaduto. A obra tinha um objectivo positivo ao desnivelar uma zona de conflito entre o trânsito saído de Telheiras e zonas vizinhas com o proveniente de norte pela Av. Padre Cruz, sobretudo o corredor *BUS* que aí passa. -----

----- Reconhecendo embora a necessidade de resolver esse conflito de tráfego existente no local, entendia a Associação que a solução em viaduto nunca deveria ter sido uma primeira escolha, da Câmara ou do promotor, neste caso o Sporting, tendo em conta os grandes impactos que causava nos prédios vizinhos. -----

----- Por isso, o que propunham era que se estudasse a hipótese de se fazer um túnel, até porque em tecido urbano dever-se-ia sempre evitar a hipótese de construir em altura. Aliás, era muito mais adequado, do ponto de vista urbanístico, desnivelar no subsolo em forma de túnel, a exemplo do que havia noutras zonas da cidade, e que naquela zona parecia perfeitamente exequível do ponto de vista técnico. -----

----- Disse, ainda, que nos últimos dois/três anos a Associação vinha participando em reuniões com a Junta de Freguesia, com o Sporting e também algumas vezes com a Câmara Municipal de forma que poderiam considerar adequada, mas no segundo semestre de 2002 assistiram a uma descolagem do Sporting e da Câmara, e a um manifesto esquecimento em manter informados os até aí parceiros moradores. De facto, passara a haver dificuldades na obtenção de informação e adiamento de esclarecimentos. Não sabiam se estavam perante uma intenção deliberada de criar factos consumados, ou se era apenas uma gestão mais desastrada ou mais desatenta, ou, ainda, se uma tentação quase permanente dos gabinetes para resolverem as coisas de forma fechada e não participarem com as populações. -----

----- E o facto consumado a que fazia referência era um concurso público que o Sporting lançara, no fim de Dezembro, para a concepção/construção dum viaduto sobre a Av. Padre Cruz. No dia 15 de Janeiro, quando a Associação tivera conhecimento pela comunicação social, pediram uma reunião à Câmara para conhecer todo o enquadramento dos acessos ao Sporting, uma vez que o viaduto indiciava que todo o conjunto urbanístico estaria já com um plano definido. No dia 27 de Janeiro tiveram uma reunião com o Sporting onde lhes foi dada alguma informação, no dia seguinte propuseram ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que a Câmara pudesse pensar numa reconfiguração do concurso por forma a alarga-lo não só a propostas para viaduto mas também a propostas para túnel e, finalmente, no dia 12 de Fevereiro tiveram uma reunião com um assessor da Câmara que, contudo, lhes trouxe poucos esclarecimentos. No dia 21 de Fevereiro foi feita a abertura das propostas, num acto público, mas apenas para o viaduto. Nesse mesmo dia alguns moradores manifestaram-se naquela zona, e neste momento havia vários prédios com faixas negras com frases de desagrado e de repúdio por essa solução. -----

----- A terminar, disse que apesar de tudo isso pensavam que ainda se estava a tempo de corrigir a situação. Pediu à Câmara que não se precipitasse e reconsiderasse uma solução em túnel, e à Assembleia que estudasse o assunto, nomeadamente a través das suas Comissões de Urbanismo e de Ambiente. -----

----- Entregou na Mesa documentação relativa ao assunto que acabara de expor. -----

----- **O Sr. José Manuel Marques**, morador na Rua do Cruzeiro, n.º 15 – 1º, 1300-161 Lisboa, falando em nome da pró-Comissão de Moradores da zona envolvente da Rua Padre Alves Correia, depois de felicitar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela sua eleição, disse que em 17 de Abril de 2001 entregaram na Assembleia Municipal de Lisboa uma carta aberta em que os cerca de 1.500 moradores da zona contestavam um projecto da Câmara, em que estava em causa a construção habitacional num conjunto de terrenos, alguns dos quais camarários e outros particulares em relação aos quais existiria em curso um processo de permuta com os seus proprietários, sendo que essa zona estava no PDM como área protegida e destinada à construção de estacionamento, espaços verdes e zona de lazer. -----

----- Tratando-se de uma zona de grande densidade populacional, com uma escola do ensino básico, uma escola C+S, um infantário e uma creche, e com grande carência de espaços verdes e de estacionamento, entregaram na altura um projecto, que pretendia

apenas ser uma ideia, à Câmara Municipal de Lisboa então presidida pelo Dr. João Soares, onde previam já a construção de espaços verdes e estacionamento, bem como a preservação de algumas actividades como columbofilia, horticultura, a recuperação de antigos fornos de cal, património industrial que existia naquela zona, e o enquadramento paisagístico do vale. E as respostas que então obtiveram da Câmara, através da Assembleia Municipal, iam exactamente no sentido de considerar positivamente as questões que colocaram. -----

----- Porém, com a mudança de gestão na Câmara Municipal de Lisboa novamente colocaram a questão e a única resposta que tiveram foi que o processo estava em fase de reavaliação. A Comissão considerara que efectivamente era necessário algum tempo para se analisar a matéria, pelo que só em Dezembro passado voltaram a colocar a pô-la, lembrando mais alguns problemas, nomeadamente a existência dum sucateiro situado em terrenos municipais, que amontoava toneladas de lixo e provocava todo o tipo de incómodos quer pela queima de pneus, quer pela passagem de camiões, quer ainda pela agressão paisagística que todo aquele lixo causava; também a necessidade de se dotar a rua com iluminação pública já que frequentemente ali aconteciam assaltos a viaturas e inclusivamente já tinha havido uma tentativa de violação; e, ainda, a limpeza dos terrenos em termos de desratização. -----

----- Só que agora, quase no final do mês de Fevereiro, a resposta da Câmara continuava a ser que o processo estava em estudo. Entretanto fizeram uma exposição ao Ministério do Ambiente, informaram as Juntas de Freguesia de Alcântara e da Ajuda e também o Sr. Presidente da Câmara Municipal de todo o processo chamando a particular atenção para a questão do sucateiro que em Dezembro iniciara trabalhos que pensaram que fosse para a desocupação do terreno, mas que neste momento estava novamente a encher, o que era verdadeiramente inacreditável tanto mais que impedia o acesso à entrada principal da Escola C+S Francisco Arruda. -----

----- **O Sr. Pedro Vasco Vieira**, morador na Rua do Passadiço, 94 – 4º esqº 1150-299 Lisboa, disse que a questão que ia colocar, que aliás já colocara também na sessão pública da Câmara realizada no dia 29 de Janeiro passado, dizia respeito à dispensa recente de 60% dos trabalhadores da Divisão de Apoio Juvenil, ou seja, a dispensa de todos os contratados dessa Divisão. A Divisão até dia 28 de Janeiro tinha 15 trabalhadores que desenvolviam todo o trabalho de juventude no Município de Lisboa, e neste momento contava apenas com 6 pessoas que já estavam integradas no Quadro de Pessoal da Câmara. -----

----- Disse, depois, que a questão da dispensa de todos os contratados, para além de ter sido feita sem o mínimo de civismo e de urbanidade por parte do Pelouro da Juventude, uma vez que foi feita à revelia das chefias intermédias, tinham um outro problema que se prendia com o cumprimento do Plano de Actividade aprovado no início do ano. Os técnicos dispensados saíam em meados de Março, continuavam a desempenhar as suas funções como era seu dever, mas a partir daí não sabiam que dizer às várias forças vivas da juventude da cidade com quem vinham trabalhando ao longo dos últimos anos. -----

----- Disse, ainda, que tiveram uma reunião com a Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, assim como com vários dos agrupamentos políticos com assento na Assembleia Municipal, com os quais discutiram a situação que se vivia no Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Agora, com ele estavam também presentes nesta reunião todos os técnicos que foram dispensados e desejavam ouvir da parte da Assembleia qual a opinião sobre este problema uma vez que tendo reunido com eles estavam todos dentro do assunto. Sabiam que a Comissão esteve também reunida com a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt e desejavam também saber qual o resultado dessas deligências sobre esse despedimento colectivo que se passara no Pelouro da Juventude. -----

----- Referiu que era intenção dos trabalhadores despedidos, no último dia de actividade, entregar ao Sr. Presidente da Câmara, em mão, um abaixo-assinado subscrito por associações juvenis, grupos de teatro, colectividades e indivíduos que estavam solidários com esses trabalhadores sumariamente despedidos, que desenvolveram um importante trabalho, ao longo dos últimos anos, encobertos por uma situação que grassava pela Câmara Municipal que tinha como designação “os recibos verdes”, que acabava por ser, na prática, ter funcionários a tempo inteiro de forma encapotada com a vantagem de serem mais descartáveis que os outros. -----

----- Seguidamente, disse que queria sublinhar a impressão cómico/trágica que perpassara no passado fim-de-semana com a Feira de Emprego ocorrida na Estufa Fria, que contara com o alto patrocínio da Câmara porque era ela a principal entidade com visibilidade nessa feira. Se não fosse um caso sério que comprometia as vidas pessoais e profissionais de cada um, dar-lhe-ia vontade de rir ver a promoção duma iniciativa com essas características quando sabiam internamente o que se passava e qual era a política de emprego e de recursos humanos que a Câmara vinha praticando. Se calhar deveria chamar-se antes “Feira de Subemprego” porque para além do Município a proliferação de empresas com trabalho temporário feria a dignidade das pessoas que presentemente estavam desempregadas. -----

----- A terminar, disse que o Pelouro da Juventude manifestara algum espanto com o reflexo que publicamente teve o despedimento dos trabalhadores da Divisão de Apoio Juvenil, nomeadamente ao nível dos órgãos do Município com os quais estiveram reunidos, mas esse espanto não os surpreendia porque, historicamente, a questão do “orgulhosamente sós” nunca dera bons resultados. -----

----- **O Senhor Presidente** informou o munícipe que a Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude reunira ontem, dia 24 de Fevereiro, para ultimar um relatório a apresentar à Assembleia, o qual, nos termos do Regimento, não foi possível integrar nos trabalhos desta Sessão mas seria tratado na próxima. -----

----- **O Sr. Gil Manuel Ribeiro Filipe**, morador na Rua Damião de Góis, 14, r/c dtº 2725 Mercês – Mem Martins, fez uma extensa intervenção onde aludiu à sua situação de ex-trabalhador do Gabinete da Toxicodependência, donde havia sido despedido pela actual gestão camarária, tecendo críticas ao Presidente da Câmara a quem acusou de querer governar como entendesse sem ter que dar contas a ninguém, o que só não

conseguiu porque a Assembleia Municipal não se demitia do seu papel fiscalizador, e então ameaçava ir-se embora. -----

----- Disse, depois, que tentara falar e escrevera ao Presidente da Câmara e à Vereadora responsável pelo Pelouro da Acção Social, mas nem um nem outro lhe responderam nem o receberam. Ou seja, colocaram na rua um chefe de família com total impunidade para darem emprego aos seus amigos políticos. -----

----- Parecia que o Presidente da Câmara tinha o apoio e a protecção de toda a comunicação social, que muitas vezes não separava a propaganda permanente da justa informação dos bons profissionais, talvez resultado da tal viagem misteriosa a Belém, que não devia ser tão indiferente ao desemprego selvagem que grassava em Lisboa, quiçá no País. -----

----- Esta era a denúncia possível que podia fazer, mas pedia à Assembleia e ao povo de Lisboa que não se deixasse enganar novamente, como pedia aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa que não tivessem medo e que se indignassem perante as injustiças e humilhações que lhes fizessem. -----

----- Terminou dizendo que na Câmara não tinha ficado quem disse que ficava, e quem ficara queria ir para Belém deixando a governar a cidade os seus zelosos comissários políticos. Afinal, os bispos portugueses tinham razão: existia, de facto, uma crise moral profunda de sociedade, de civilização e especialmente de valores. Portanto, era preciso mudar, estava nas mãos do povo dar a volta a isso antes que fosse tarde de mais. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrado o período de intervenção do público, interrompendo a reunião por 5 minutos para, tal como havia anunciado, se reunir de imediato a Conferência de Líderes. -----

----- Decorrido esse lapso de tempo, declarou reabertos os trabalhos do Plenário, informando, de seguida, que a Conferência tinha reunido para decidir sobre a continuação dos trabalhos, tendo ficado assente que se nesta reunião apreciassem e votassem o primeiro, segundo e terceiro pontos da Ordem de Trabalhos, conforma a reorganização que já tinha referido, a Sessão prosseguiria de hoje a 15 dias. Mas se não votassem esses três pontos então ela prosseguiria na quarta-feira da próxima semana, dia 5 de Março. -----

----- Depois, deu conhecimento do ofício n.º 0127/GVPF/03, emanado do Gabinete do Sr. Vereador Pedro Feist, do seguinte teor: “Assunto: Declaração de Inexistência de Incompatibilidades. Junto se envia a Declaração de Inexistência de Incompatibilidades, nos termos dos artigos 6º e 10º da Lei 64/93, do Senhor Vereador Pedro José Del-Negro Feist, a qual foi enviada ao Tribunal Constitucional ainda no ano de 2002 e que, por mero lapso, não foi enviada, como deveria ter sido, à Assembleia Municipal de Lisboa nessa mesma data.” -----

----- Assinado pelo coordenador do Gabinete, João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Seguidamente, declarou aberto o período de: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as actas números 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, que previamente tinham sido distribuídas, e como ninguém pretendeu intervir sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes Moções: -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- Voto de Pesar -----

----- “No decorrer de mais uma viagem da nave Columbia, sete astronautas perderam a vida a poucos minutos de chegarem a terra firme. -----

----- No cumprimento de mais uma missão científica, os cinco homens e as duas mulheres que compunham a tripulação não conseguiram transmitir, aos que tinham e têm por missão de os analisar, mais detalhes que pudessem ajudar na descoberta de novos dados recolhidos em 16 dias de viagem pelo espaço. -----

----- Mas não foi uma viagem em vão. -----

----- Mas quis o destino que a nave não chegasse ao local onde, habitualmente, aterrava. -----

----- Para além do país de origem de cada um dos sete tripulantes e do credo ou religião, não há dúvida que se sobrepõe o valor científico destas missões no espaço, com o sentido de poder ajudar os seres humanos que, hoje ainda mas em especial no amanhã, procuram melhorar as condições do Planeta Terra. -----

----- É por isso que temos por obrigação homenagear os que por nós, em qualquer parte do Mundo tentam fazer mais e melhor. -----

----- Pelo que, a Assembleia Municipal de boa, hoje reunida delibera: -----
Apresentar as suas condolências às famílias e aos povos dos Estados Unidos, Índia e Israel, através das Embaixadas em Portugal, pelo falecimento dos astronautas da nave Columbia.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Artur Madeira, do PSD). -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Após um ano de mandato a maioria PSD/CDS na Câmara Municipal de Lisboa continua a sua política de despedimentos. Desta vez foi na Divisão de Apoio Juvenil, em que 9 jovens trabalhadores, ou seja, 60% dos seus efectivos foram despedidos! Muitos destes trabalhavam na DAJ há mais de três anos e em conjunto com os outros 6 trabalhadores, do quadro da Câmara organizavam iniciativas como as Semanas da Juventude, a Maratona Fotográfica, o Festival de Teatro Jovem, o Tócabrir, a Cena d'Arte, elaboravam propostas de apoio às associações juvenis, organizavam e mantinham em funcionamento dois centros de informação juvenil no Campo Grande e nas Amoreiras e mantinham uma relação estreita com as Juntas de Freguesia de forma a apoiar as suas iniciativas. Estes são alguns exemplos da competência e qualidade do trabalho que realizavam, e que foi considerado pela actual Vereadora, a Dra. Ana Sofia Bettencourt, pois renovou-lhes no fim do ano, em Dezembro de 2002, os contratos de prestação de serviços e as avenças. No entanto, para espanto dos trabalhadores e nosso, no dia 30 de Janeiro estes recebem uma carta de despedimento.

Assim, estes jovens trabalhadores com habilitações académicas superiores, alguns já com agregados familiares constituídos e encargos foram despedidos sem justificação, e a meio de uma dinâmica de trabalho, pois já se preparava a Semana da Juventude e já existiam uma série de grupos de trabalho para a realização de outras iniciativas. -----

----- Esta decisão da Sra. Vereadora demonstra um claro desrespeito pelos trabalhadores e coloca em causa o trabalho futuro do Pelouro da Juventude, pois, por exemplo alguns destes jovens trabalhadores que asseguravam o funcionamento dos dois centros de informação juvenil, no Campo Grande e nas Amoreiras fazem parte do conjunto de trabalhadores despedidos, obrigando ao seu encerramento. A não ser que já estejam preparados uns *boys* para ocupar os lugares que ficaram vazios! -----

----- Esta Vereação além de não cumprir a promessa feita na campanha eleitoral de trazer os jovens para morar em Lisboa, ainda trata com frieza e desrespeito os seus jovens trabalhadores! -----

----- A coligação de direita PSD/CDS com a sua política de despedimentos na CML e no Governo com o pacote laboral demonstra inequivocamente desrespeito e desprezo pelos trabalhadores, e especialmente pelos jovens trabalhadores que têm sido os mais prejudicados. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 25 de Fevereiro decide: -----
----- Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores despedidos da Divisão de Apoio Juvenil. -----

----- Enviar para todas as Juntas de Freguesia, associações juvenis e associações de estudantes esta moção de solidariedade. -----

----- Divulgação nos meios de comunicação social com publicidade paga em dois jornais diários.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

MOÇÃO NÚMERO TRÊS

----- Eng.º José Eugénio Perdigão de Campos Godinho -----

----- Nascido em 19/04/1925 -----

----- Natural de Constância -----

----- Engenheiro Civil -----

----- Fez parte da Associação Académica de Coimbra enquanto estudante Militante do MUD Juvenil em 1942 e mais tarde do PCP. -----

----- Foi Presidente da Associação de Inquilinos Lisbonenses de 1984 a 1987 -----

----- Foi membro dos Corpos Sociais de AIL de 1988 a 1992. -----

----- Foi Tesoureiro e Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Apoios nos mandatos de 1990/1994 e 1994/1997. -----

----- Considerando que o Eng.º José Godinho, faleceu no dia 18 de Fevereiro de 2003, vítima de doença prolongada; -----

----- Considerando que o Eng.º José Godinho teve ao longo da sua vida uma participação cívica, política, institucional e profissional de elevado valor; -----

----- Considerando que a sua conduta como homem não deixa qualquer dúvida sobre a sua vida familiar, actividade profissional, política e institucional; -----

----- Considerando que deu o melhor da sua vida à causa da liberdade, da democracia e da cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que no exercício de dois mandatos na Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, um como Tesoureiro e outro como Presidente em unidade com outras forças políticas e com grande capacidade de fazer alianças, defendeu com grande elevação os interesses de todos os munícipes, quer da sua freguesia quer da cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que nessa medida contribuiu para a alteração da forma de exercer funções nas Juntas de Freguesia, alargando as suas competências sempre na defesa dos interesses os seus fregueses tendo como objectivo fazer mais e melhor: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 25 de Fevereiro de 2003 aprova um voto de pesar e endereça a toda a sua família votos de condolências. -----

----- Sugere à Câmara Municipal de Lisboa, que inclua na toponímia da cidade uma artéria com o seu nome, num bairro social, de realojamento, dado que foi um lutador na procura de dar cumprimento ao direito constitucional de uma habitação condigna para todos.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Considerando que se tornou público que os acessos ao novo estádio do Sporting Clube de Portugal incluirão um viaduto na Avenida Padre Cruz. -----

----- Considerando que para os moradores de Telheiras esta solução é altamente prejudicial e bastante penalizadora, reduzindo a qualidade de vida, como consequência do aumento da poluição atmosférica e sonora, como é destacado pela Associação de Residentes de Telheiras, (ART) que sempre defendeu a ligação em túnel. -----

----- Considerando que não se vislumbra qualquer razão, sem ser a questão financeira, para a opção pelo viaduto em detrimento do túnel. -----

----- Considerando que o ambiente e a qualidade de vida das populações tem que ser sempre uma questão central na tomada de qualquer decisão por parte dos decisores públicos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 25 de Fevereiro de 2003 delibera: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a apresentação, na respectiva Comissão Permanente desta Assembleia, da fundamentação desta opção, bem como a apresentação do respectivo projecto; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que não exclua definitivamente a opção em túnel, até se demonstrar que a opção em viaduto não penaliza os moradores de Telheiras.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS) -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que, em nome do Grupo Municipal do PSD, desejava felicitar o Sr.

Presidente da Assembleia, eleito democraticamente com a maior das normalidades como deve suceder em democracia. -----

----- Em segundo lugar, o Grupo Municipal do PSD congratulava-se também pela estabilidade retomada – não antecedida por um período de instabilidade, porque não foi – e pela retoma das condições de regular e pleno funcionamento da Assembleia. ---

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente, não obstante ser um legítimo representante da maioria da Assembleia, como era normal que assim fosse, certamente desempenharia o seu cargo despidendo-se da maioria que representava, passando, a partir de agora, a representar todos os Deputados Municipais e, mais do que a eles, aos munícipes da Cidade de Lisboa que depositavam na Assembleia Municipal alguns e significativos dos seus interesses no que dizia respeito ao futuro de Lisboa. -----

----- Mas pedia que não lhe levasse a mal que aproveitasse este momento de transição para fazer ali uma última recordação do anterior Presidente da Assembleia, o Dr. João Amaral, numa homenagem que por todos já foi explicitada e que pretendia renovar dizendo também que ele deixava uma situação, por um lado, de maior dificuldade de exercício do cargo, por outro, de maior facilidade. De maior dificuldade pelo carisma e sobretudo pela saudade que a todos deixou e que era partilhada unânime e comunemente por todos os membros da Assembleia, e de maior facilidade, até certo ponto, porque a Assembleia estava habituada, e continuaria a estar certamente, a um padrão que ele institucionalizara, que extravasara a sua pessoa, de imparcialidade, de linearidade, de regularidade e de grande cordialidade entre todos os Deputados Municipais, não obstante as opiniões que defendessem, necessariamente contrárias, divergentes, porque a democracia era isso mesmo. -----

----- Renovou, mais uma vez, as felicitações e os desejos de um mandato sereno com a ajuda de todos e da Mesa também. -----

----- **A Deputada Municipal Susana Silvestre (PCP)**, no uso da palavra, disse que após um ano de mandato a maioria PSD/CDS na Câmara Municipal de Lisboa, continuava a sua lista de despedimentos. Desta vez foi na Divisão de Apoio Juvenil em que foram despedidos nove jovens trabalhadores, ou seja, 60% dos seus efectivos.

----- A razão para esse despedimento colectivo, parecia-lhes injustificável e até um pouco obscura, porque esses jovens, ao longo de mais de três anos, levaram a cabo iniciativas com sucesso, como as Semanas da Juventude, a Maratona Fotográfica, o Festival de Teatro Jovem, o Tócabrir e a Cena d'Arte, elaboraram propostas de apoio às instituições juvenis, organizaram e mantiveram em funcionamento dois centros de informação juvenil, no Campo Grande e nas Amoreiras, e colaboraram com as Juntas de Freguesia. -----

----- Não se entendia, portanto, porque é que a Vereadora Ana Sofia Bettencourt, passados oito meses da sua tomada de posse no Pelouro da Juventude, depois de lhes ter renovado os contratos no final do ano de 2002, decidira despedi-los no dia 28 de Janeiro de 2003. Não seria por falta de habilitações porque todos eles, ou eram estudantes do ensino superior, ou já tinham uma licenciatura, como também não seria por falta de experiência ou por incompetência, pois a Sra. Vereadora gostava dos

trabalhos deles e por isso lhes renovara os contratos. Além disso, era estranho que fossem logo 60% dos trabalhadores! -----

----- Por outro lado, parecia-lhes também que além do desrespeito pelos trabalhadores, a actual Vereação demonstrara irresponsabilidade, pois decidira esse despedimento a meio da organização de uma iniciativa importante para as associações juvenis e associações de estudantes, concretamente a Semana da Juventude, o que os levava a colocar a hipótese de existirem uns quantos *boys* disponíveis para esses lugares. -----

----- Assim, perante esse despedimento injustificável e o desrespeito por esses trabalhadores, o PCP colocava as seguintes questões: -----

----- Como ia a Sra. Vereadora fazer com a Semana da Juventude? Seria realizada ou não? -----

----- E as outras iniciativas do Plano de Actividades? Já não iria existir um mega-espaço para a Juventude? Iria reduzir a zero a actividade do Pelouro? Ou já tinha os *boys* para os lugares que ficaram vagos? -----

----- Por isso, desafiava a Sra. Vereadora a ter a coragem de vir à Assembleia Municipal explicar aos Deputados Municipais porque despedira 60% dos trabalhadores do Pelouro da Juventude e dizer como iria concretizar o Plano de Actividades. -----

----- A atitude da coligação de direita, no entender do PCP, demonstrava claramente o que pensavam da juventude e como a tratavam com desrespeito pelos seus direitos. Afinal, o que resultava do bonito cartaz da campanha eleitoral que tinha uns jovens, era uma política de despedimentos e nenhuma iniciativa concreta para trazer os jovens para morar em Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que o PCP estava solidário com os trabalhadores, repudiava essa política de despedimentos e a forma como a Vereação tratava os jovens, em especial os jovens trabalhadores da Câmara que não se enquadravam na política de juventude da actual maioria, segundo a Sra. Vereadora. -----

----- Naturalmente esses jovens que foram despedidos e todos os que defendiam uma sociedade democrática mais justa e sem exploração, não se enquadravam na actual política de despedimentos e de desrespeito pelos trabalhadores, e, fundamentalmente, também não se reviam na demagogia eleitoralista da actual Vereação. -----

----- Por fim, disse que o PCP apresentou uma Moção sobre esta matéria, mas propunham que fosse discutida na próxima Sessão em conjunto com o relatório da Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, felicitou o Sr. Presidente da Assembleia pela sua eleição, desejou-lhe um bom mandato e fez votos para que a Assembleia continuasse e saísse prestigiada no fim do seu mandato. -----

----- Felicitou e cumprimentou também o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, que desde o falecimento do anterior Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Amaral, exercera as funções de presidência com toda a dignidade e isenção, prestigiando igualmente a Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente, disse que há dias o País ficara surpreendido com as declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa referindo que pretendia eleições

antecipadas para os órgãos do Município de Lisboa. E o País ficara surpreendido porque, mais uma vez, o Sr. Presidente da Câmara preferira alguma agitação na comunicação social, preferira fazer algum *show-off* – a que já os vinha habituando – em detrimento da discussão dos problemas da cidade na Assembleia Municipal, e em detrimento até da apresentação da sua obra. -----

----- Compreendiam que ao fim de um ano de mandato o Sr. Presidente da Câmara estivesse preocupado, pois das suas principais promessas, dos seus principais compromissos eleitorais, a resposta era zero em relação a esses compromissos. -----

----- Em primeiro lugar, o Sr. Presidente da Câmara prometera empenhar-se seriamente no sentido de trazer mais jovens para o centro da cidade, e a sua pergunta, neste momento, era que medida concreta ou que primeiro sinal dera nesse sentido? A resposta era zero. -----

----- Em segundo lugar, o Sr. Presidente da Câmara comprometera-se em campanha eleitoral, através grandes cartazes que mandara afixar em todos os cantos da cidade, que iria colocar em cada bairro da cidade uma piscina e um polidesportivo. Mas que projecto, que plano, por onde começar, que primeiro sinal tinha dado que estaria disponível para cumprir esse compromisso? A resposta era zero! -----

----- Em terceiro lugar, o Sr. Presidente da Câmara, quando iniciara o seu mandato, colocara um capacete na cabeça e referira que ia recuperar os prédios degradados e que iria pôr os maus senhorios, porque os havia, na ordem. Pessoalmente aplaudira essa sua intervenção, mas a pergunta que fazia, passado um ano dessa declaração para a imprensa ver, era que primeiro sinal, que primeira medida, que primeira iniciativa tomara para colocar os senhorios, os maus proprietários, na ordem? A resposta era zero. -----

----- Por isso, o Sr. Presidente da Câmara, consciente que ao fim de um ano não tinha obra para apresentar, dizia que era a oposição que boicotava, que era a Assembleia Municipal que lhe boicotava a sua actividade, dizendo até, numa entrevista a um órgão da comunicação social, que tinha que governar com o seu orçamento e que parecia incrível que a Assembleia Municipal tivesse ali uma postura de boicote em relação à sua actividade. -----

----- Mas então o orçamento não tinha sido viabilizado na Assembleia Municipal, com a abstenção na votação do Partido Socialista? Isso era boicote? -----

----- Então, quando o Sr. Presidente da Câmara Municipal lhes apresentara a sua solução para resolver os problemas dos clubes de futebol, ela não foi viabilizada na Assembleia Municipal com a abstenção na votação do Partido Socialista? -----

----- Quando o Sr. Presidente da Câmara disse que tinha que reestruturar os serviços da Câmara e que essa reestruturação era essencial para poder exercer o seu mandato, essa reestruturação não foi viabilizada na Assembleia Municipal? -----

----- Isso não era boicote! Era, isso sim, uma mera desculpa que o Sr. Presidente da Câmara vinha apresentando para justificar o seu mau mandato, o incumprimento das suas promessas eleitorais e dos seus compromissos para com a Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, o repto que faziam ao Sr. Presidente da Câmara era que trabalhasse, que cumprisse o seu programa, porque estavam ali com toda a seriedade para ajuizar, para

avaliar, momento a momento, aquilo que era bom e aquilo que era mau para a cidade. Que não estivesse preocupado com a reabilitação da cidade, com a reabilitação urbana, porque estavam ali com certeza para viabilizar a reabilitação urbana. -----

----- Agora, ser oposição e ser poder era saber dialogar, era saber apresentar as propostas, era estar aberto a sugestões, a críticas e no fim tornar as propostas melhores do que estavam à partida. Não havia nenhum dirigente, não havia exemplo de ninguém que tivesse exercido o poder, que agora estivesse no poder ou na oposição, que não tivesse utilizado esse método de diálogo com a oposição. E aquilo que o Sr. Presidente da Câmara tinha que fazer era habituar-se a conviver com a crítica democrática que era feita na Assembleia Municipal, habituar-se a conviver com a oposição, porque o papel que tinham, enquanto Deputados Municipais da oposição, era não concordar quando achavam que não deviam concordar, e era, evidentemente, governar que era aquilo que pediam. -----

----- Por isso, tudo aquilo que fosse do interesse da cidade com certeza que teria a atenção dos Deputados Municipais do Partido Socialista, mas tudo aquilo com que não concordassem, naturalmente teria a sua oposição. -----

----- A finalizar, disse que desejavam que o Sr. Presidente da Câmara, depois deste ano perdido, pudesse agora começar a cumprir o seu programa. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção desejando ao Sr. Presidente, em nome do seu Grupo Municipal, as maiores felicitações pela sua eleição e também as maiores felicidades na condução dos trabalhos, esperando que, na boa tradição que o Dr. João Amaral deixara, fossem o rigor, a eficácia, a isenção e a tolerância os principais vectores na condução das reuniões da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu-se também ao Primeiro Secretário da Mesa, Deputado Municipal Rosa do Egípto, enaltecendo a forma dedicada, empenhada e meritória com que dirigira a Assembleia neste período de transição. -----

----- Seguidamente, disse que pedira para usar da palavra para falar sobre a Moção n.º 2, que agora souberam ter sido retirada para próxima Sessão, mas que permitira que fosse ali feito um ataque à Câmara que entendia que não podia passar em claro. -----

----- Para já, pretendia manifestar a profunda discordância do CDS-PP em relação ao conteúdo e à forma dessa Moção. É que nela, mais uma vez, estava patente aquela visão do Partido Comunista em que havia os bons e os maus da fita. -----

----- Mas não! Havia pessoas que tinham ideias diferentes para a cidade e que podiam expressá-las, porventura se calhar não de uma forma tão livre como nessa grande democracia do século XIX, que era a Coreia do Norte, mas ainda assim com alguma liberdade e em consciência. -----

----- Disse, depois, que a Moção referia despedimentos quando não havia despedimentos, mas sim rescisão de contratos, e, por outro lado, referia também despedimentos sem justificação quando efectivamente havia uma justificação, aliás dada pela Sra. Vereadora na Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, de que todos iriam ter conhecimento quando recebessem o relatório da

Comissão, subscrito por todas as forças partidárias, porque era elucidativo quanto a essa matéria. -----

----- Referiu, ainda, que o Partido Comunista era pródigo em fazer ali a apologia da defesa dos direitos dos trabalhadores e o ataque, que se sabia e era conhecido, ao pacote laboral apresentado pelo Governo, mas neste caso importava ter conhecimento dos factos para se perceberem as coisas. É que foi na anterior gestão camarária – e era o Partido Comunista que tutelava essa área – que esses trabalhadores entraram no Departamento de Apoio Juvenil com contratos de prestação de serviços, mas, mais ainda, num dos casos uma das pessoas em causa foi admitida pela Câmara em concurso público, com um contrato de trabalho a termo certo, que foi renovado até a lei não permitir mais. E então o que fez o Partido Comunista? Em vez de o integrar nos quadros da Câmara ou então dizer que não era mais preciso e tinha que se ir embora, pô-lo a recibos verdes. Esta era a verdade e a total falta de sintonia entre o discurso e a prática do Partido Comunista. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, dirigindo-se ao Sr. Presidente, disse que como resultado de uma votação convocada dentro de toda a legalidade e que corra com toda a normalidade, acabara de ser nomeado Presidente da Assembleia. Não escondia que não foi com o seu voto, era natural, mas como democrata que era, e habituado a sê-lo há bastante tempo, aceitava o resultado e ali lhe manifestava a esperança que cumprisse o lugar com o aprumo e a dignidade que era necessário à Assembleia. -----

----- Não seria fácil suceder a uma pessoa como o Dr. João Amaral, mas, em todo o caso, tinha grande esperança que no final do mandato se viessem a congratular por terem tido dois bons Presidentes. -----

----- A sua esperança era ainda maior pela idade do Sr. Presidente, pois já não era tão jovem que permitisse ter dúvidas e misturar Coreia do Norte com democracia, e ainda estava longe da idade de considerar que em Cuba não havia presos políticos. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por cumprimentar o Sr. Presidente pela sua eleição dizendo-lhe que poderia contar com toda a sua solidariedade no trabalho difícil que iria ter à frente da Assembleia, e dirigiu também uma palavra de apreço ao Sr. Primeiro Secretário pelo trabalho que teve durante o período de transição, agradecendo-lhe o que fez pela Assembleia. -----

----- Depois, disse que tinha vários assuntos para tratar neste ponto, mas só tinham cinco minutos. Por exemplo, gostaria de falar sobre o problema do Arquivo Municipal que não estava resolvido, foram visitá-lo e era preciso resolvê-lo; sobre a posição do Bloco de Esquerda de solidariedade com os trabalhadores que foram despedidos da Divisão de Apoio Juvenil; e ainda de várias outras coisas, mas gostaria principalmente de falar porque é que a Assembleia não era uma força de bloqueio. Quem levantara isso tinha poucas concepções democráticas, e afirmava com clareza o que estava a afirmar. -----

----- Acontecia que os eleitores da Cidade de Lisboa votaram em Dezembro de 2001, dando uma maioria na Câmara e uma maioria diferente na Assembleia Municipal de Lisboa. Essa foi a realidade e a vontade dos lisboetas. Podia gostar-se ou não, mas foi

assim! Naturalmente, se lhe perguntassem, gostaria imenso, adoraria que o Bloco de Esquerda pudesse ter tido a maioria na Câmara, mas não tinha, nem tinha sequer Vereadores. A realidade objectiva era essa: havia uma maioria na Câmara Municipal de Lisboa, queurgia respeitar! -----

----- Mas do mesmo modo queurgia respeitar a maioria que existia na Câmara Municipal de Lisboa, essa mesma maioria tinha que respeitar também a vontade dos mesmos lisboetas que colocaram outra maioria na Assembleia Municipal. Aliás, desejava até dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que por acaso não estava presente, olhos nos olhos, que nunca pediria desculpa por qualquer coisa que a Assembleia “chumbasse” porque essa era a sua razão de ser! Lamentava, até, que ela tivesse aprovado uma solução para os estádios de futebol! Lamentava muito porque eram milhões de contos que iriam sair do erário público para entregar aos clubes e eles gastarem em chorudos ordenados com jogadores quando havia fome e gente a dormir na rua na Cidade de Lisboa. -----

----- Como lamentava também que tivessem passado na Assembleia outras propostas. Mas uma coisa queria dizer à Vereação: o Sr. Presidente da Câmara podia argumentar que trouxe à Assembleia a proposta referente à Colecção de Moda e *Design*, que o Bloco até estava disposto a votar no primeiro dia, mas não podia deixar de lhe perguntar o que queria dizer com o facto de que a Assembleia Municipal entravara a aprovação da compra dessa colecção. É que gostava de saber qual era o conteúdo dessa afirmação! Seria que cada vez que a Câmara trouxesse uma proposta os Deputados Municipais não poderiam questionar, pôr em causa, duvidar ou propor que baixasse a uma Comissão para a analisar? Estaria o Sr. Presidente da Câmara a pressionar a maioria da Assembleia para ela se calar? É que isso seria ela não cumprir o mandato que os lisboetas lhe deram, que, lamentavelmente, independente da sua opinião ou de qualquer Deputado Municipal, era diferente da maioria da Câmara. -----

----- E só havia uma forma para governar a cidade com a votação que os lisboetas deram, como já disse pessoalmente ao Sr. Presidente da Câmara: era encontrar os consensos necessários entre a maioria da Câmara e a maioria da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Câmara que nunca contasse que o Bloco de Esquerda aceitasse que lhes pusessem uma rolha na boca, porque estavam ali para cumprir o mandato que os lisboetas lhes deram. Portanto, respeitavam a maioria da Câmara, mas era favor que a Câmara respeitasse a maioria da Assembleia também. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, saudou o Sr. Presidente pela sua eleição, acrescentando que seguramente saberia conduzir os trabalhos da Assembleia de forma séria, conforme os habituara na Comissão Permanente de Educação, Desporto Juventude, e também com a arte com que conduzia as palavras dos textos das obras que ao longo da sua vida foi escrevendo. ----

----- Manifestou também o seu apreço ao Sr. Primeiro Secretário, pela forma como conduzira os trabalhos no período transitório. -----

----- Passando à intervenção, começou por manifestar a solidariedade do PEV para com os nove trabalhadores da Divisão de Apoio Juvenil que viram os seus contratos rescindidos pela Câmara, matéria que foi objecto de uma Moção para ser discutida e

votada na próxima Sessão, aliás assunto também trazido no período de intervenção do público pelo Sr. Pedro Vieira, que foi objecto de um relatório da Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude. -----

----- Mas desejava também dizer à Câmara que isso não se fazia! Não se deixava operar a renovação automática dos contratos por mais um ano, e nem um mês volvido dizer-se às pessoas que estavam dispensadas. É que estavam a falar de pessoas! Pessoas que ao verem os seus contratos renovados por mais um ano criaram legítimas expectativas, pessoas que certas que teriam trabalho pelo menos para mais um ano, planearam com certeza a gestão das suas vidas, dos seus encargos, a contar com esse pressuposto. Pessoas algumas das quais com agregados familiares já constituídos, portanto com responsabilidades familiares acrescidas. -----

----- Perante esses factos, só podiam mesmo dizer: “isto não de faz”! Esperavam, assim, que a Câmara reconsiderasse essa decisão, porque ainda estava a tempo. -----

----- Disse, depois, que o PEV subscrevia os votos de pesar apresentados pelo PSD e pelo PCP, sendo que havia uma alteração ao voto de pesar apresentado pelo PSD, e, portanto, votariam favoravelmente tanto o que se referia aos sete astronautas que perderam a vida no acidente da nave Columbia como o referente ao falecimento do Eng^o José Godinho, que para além de autarca de Lisboa foi também um homem empenhado na procura de soluções e caminhos para que o direito à habitação não fosse apenas um direito previsto na Constituição. -----

----- Relativamente à Moção sobre o viaduto na Av. Padre Cruz, a construir no âmbito dos acessos ao novo estádio do Sporting, assunto também ali hoje trazido no período de intervenção do público pelo Presidente da Associação de Residentes de Telheiras, disse que o PEV comungava das preocupações dessa associação, de certa forma reflectidas na Moção, nomeadamente no que dizia respeito ao aumento da poluição atmosférica e aos reflexos que essa obra poderia trazer em termos de qualidade de vida para os habitantes de Telheiras. E, para além desses impactes, somavam-se ainda outros efeitos nocivos, designadamente o impacte visual, estético e sonoro. -----

----- Tratava-se, como dizia a associação, de uma solução urbanística de má qualidade que iria roubar aos espaços verdes actualmente existentes o pouco resguardo ainda disponível à face da movimentada Av. Padre Cruz. -----

----- Consideravam, portanto, que a aprovação dessa Moção poderia contribuir para que se evitasse um erro grave em termos urbanísticos, e, por tudo isso, o PEV iria votá-la favoravelmente. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, disse que a razão da sua intervenção era para se congratular com a solução encontrada pelo Executivo camarário na resolução de um problema gravíssimo, deixado pelo anterior Executivo que comandara os destinos de Lisboa durante 12 anos. -----

----- Não acreditava que os Chefes de Divisão, os Directores de Departamento e os Directores Municipais que trabalharam no Arquivo Municipal, no Alto da Eira, não tivessem informado a anterior Vereadora da Cultura sobre a maneira infra-humana em que os trabalhadores ali laboravam. -----

----- Disse que depois de uma visita ao local tinha percebido a razão porque as bancadas apoiantes do anterior Executivo não se dignaram receber os trabalhadores e se escusaram a visitar o Arquivo Municipal. É que não gostariam de ser confrontados com o que se passava naquele local! -----

----- Aquando da visita, só faltara ver nas paredes umas folhas de papel com a frase “só malucos conseguem trabalhar aqui”, como tinha visto nalguns serviços da empresa onde trabalhava, quando estava no activo. Eram lugares onde trabalhavam pessoas que não estavam em contacto com o público, eram sectores que não davam nas vistas, não enchiam o olho, por isso estavam nas catacumbas para onde não era desviado qualquer investimento, e no caso da Câmara Municipal de Lisboa era o que acontecia, pois não daria votos. -----

----- Por isso, para todos os funcionários que estiveram, e estavam, adstritos ao Arquivo Municipal, no Alto da Eira, o louvor e o reconhecimento da bancada do PPD/PSD, a que toda a Assembleia se deveria associar pelo trabalho desenvolvido, sobretudo tendo em conta as péssimas condições. -----

----- Mas estranhava que as forças da sociedade, que se afirmavam arautos da cultura apregoando que a cultura era de esquerda, tivessem deixado o Arquivo Municipal num estado degradante e, como era seu timbre, sem se insurgirem calando-se para sempre, como nos casamentos, talvez por a responsável por essa área ter um nome parecido. -----

----- A Sra. Vereadora da Cultura teria que ter paciência, bastar-lhe-ia o Alto da Eira para se preocupar e não ter mais tempo para desenvolver outras actividades ligadas à cultura da cidade. Mas outra cavadela, não lhe apareceu uma minhoca mas sim ter que resolver o problema, também grave, da hemeroteca, situada no Palácio Marquês de Tomar, na Rua de São Pedro de Alcântara, onde existia um óptimo acervo de jornais e revistas desde o início do século XIII. Assim estava a cultura na Cidade de Lisboa, que amavam e desejavam que fosse muito feliz. -----

----- Era evidente que o Executivo anterior mandou fazer um projecto, aliás megalómano, e escolheu um local, mas também como era seu apanágio ficou para as calendas gregas. -----

----- Porém, o actual Executivo procurara as instalações, viu e analisou vários locais, a maioria deles sem as condições ideais para a colocação de todo o espólio, face às condições exigidas, em especial pela resistência que a estrutura edificada teria que suportar face ao elevado peso dos arquivos, no mínimo 1.200 kg por metro quadrado. -

----- Mas encontraram um local muito perto do ideal, que a curto prazo resolveria e colmataria as necessidades mais prementes para se poder pôr a laborar o ex-Arquivo Municipal do Alto da Eira, que se passará a designar Arquivo Municipal da Rua Cruz Vermelha. -----

----- De facto, situado nas antigas instalações da Central Leiteira, na citada rua, bastante perto dos Serviços de Urbanismo, era o sítio ideal para se instalarem os documentos mais procurados pelos munícipes e pelos serviços sediados no Edifício Municipal do Campo Grande. -----

----- A terminar, disse que a Sra. Vereadora muito teria que fazer pela cultura de Lisboa, em especial arranjando boas instalações para que os estudiosos e os lisboetas pudessem usufruir desses ricos espólios, assim como da sua segurança, conservação e tratamento, já que funcionários de qualidade havia e sempre disponíveis, interessados e diligentes, pois também eles amam imenso a cultura. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, começou por felicitar o Sr. Presidente pela sua eleição e, simultaneamente, transmitir-lhe os votos de muita confiança no trabalho futuro, que tinham a certeza seria um trabalho consubstanciado em competência e em honestidade que era inquestionável. -----

----- Seguidamente, disse que queriam colocar à Assembleia e à Câmara três questões, que aliás já foram colocadas noutras reuniões, uma delas pelo orador anterior, mas que até à data careciam de solução. -----

----- Era o problema dos trabalhadores do Arquivo Municipal; era o problema dos trabalhadores da Parque-Expo; e era o problema dos trabalhadores da Lis-Desporto. --

----- Quanto ao problema dos trabalhadores do Arquivo Municipal, disse que se tratava duma questão sobejamente conhecida mas continuava por ser solucionada. Desde a saída do Alto da Eira, por questões de segurança e problemas de saúde nalguns trabalhadores, até à instalação, também com falta de condições, no Campo Grande, continuavam esses trabalhadores a aguardar, e a desesperar, por uma solução para esses mesmos problemas. -----

----- Em relação aos trabalhadores da Parque-Expo, recordou as preocupações ali trazidas por representantes desses mesmos trabalhadores, no período de intervenção do público, preocupações essas que ainda hoje eram avolumadas em relação à solução para o seu futuro. Lembrou, que esses trabalhadores receberam do Sr. Presidente da Câmara o compromisso de assegurar o futuro dos seus postos de trabalho, mas também ainda hoje esses trabalhadores continuavam a aguardar pelo cumprimento desse compromisso do Sr. Presidente da Câmara. Daí perguntar para quando a assunção desses compromissos. -----

----- No que dizia respeito aos trabalhadores da Lis-Desporto, disse também eles viam avolumar-se as suas preocupações, pois nenhuma medida, nenhum contacto com eles era tido após três meses de promessas de salvaguarda dos seus postos de trabalho. Têm sido tomadas algumas medidas avulso com alguns jovens da natação a quem não eram renovados os contratos, sem que os mesmos fossem informados e sem que lhes fosse dada qualquer satisfação. Entretanto, havia rescisões de contratos a uns trabalhadores e a realização de contratos a outros, o que se lhes afigurava uma situação anormal queurgia corrigir e solucionar. -----

----- Uma outra questão que queriam colocar à Assembleia tinha a ver com o sector de hotelaria e turismo, um sector em crescimento, em expansão, um sector promissor, quer na região de Lisboa, quer no País, um sector insubstituível. -----

----- Vinha isto a propósito de uma unidade das mais prestigiadas da região de Lisboa, e também do País, o Hotel Alfa, que empregava cerca de 170 trabalhadores, porque, em Agosto de 2001, uma multinacional, de Malta, adquirira essa unidade, tendo na altura transmitido aos seus trabalhadores perspectivas animadoras em relação ao

futuro na salvaguarda dos seus postos de trabalho. Mas, de forma inesperada, 18 meses depois, a 13 de Janeiro deste ano, surpreendera toda a gente ao dar conhecimento da decisão de concretizar um despedimento colectivo da totalidade dos seus trabalhadores. -----

----- Mas o que mais surpreendia era o facto da decisão dessa empresa se fundamentar na necessidade da realização de obras durante cerca de um ano. A intenção dessa multinacional não tinha suporte legal pelo que, sendo assim, estavam perante um despedimento colectivo ilegal de 170 trabalhadores. -----

----- Face a esse quadro, os trabalhadores e o seu respectivo Sindicato, vinham desenvolvendo um conjunto de lutas, diligências junto de órgãos do Poder, de organismos oficiais desse sector, denunciando a postura dessa multinacional que pretendia a aplicação antecipada do pacote laboral chamado Código de Trabalho. -----

----- Mas ao intervir e lutar contra um capitalismo selvagem, corporizados nas multinacionais, os trabalhadores provavam que valia a pena lutar e, por força dessa luta, ontem, os trabalhadores e o seu Sindicato, numa reunião/maratona com a presença do Sr. Secretário de Estado do Trabalho e da empresa, conseguiram que fosse travado esse despedimento colectivo. -----

----- Contudo, sabiam que o problema não estava de todo em todo arredado, porque as multinacionais não desarmavam com facilidade, e daí a necessidade da Assembleia Municipal estar atenta, porque Lisboa e o seu turismo não podiam, não deviam – e a Assembleia também não devia – deixar que isso fosse desrespeitado, principalmente pela atitude de muitas multinacionais. -----

----- Assim, esses trabalhadores do Hotel Alfa, com a sua luta, contribuíram para prestigiar a região de Lisboa, ao dizerem, com a sua consciência, que a vida não era só luta, mas também sempre uma luta na defesa dos seus interesses e na defesa do desenvolvimento e do prestígio da região de Lisboa. -----

----- A terminar, disse que neste como noutros casos onde os trabalhadores lutavam, o PCP estava lá, de corpo inteiro e no concreto. Por isso mesmo, a expressões como há pouco ouviram de um Deputado Municipal em relação ao PCP, tinham a dizer que não aceitavam recados vazios de conteúdo, porque eram desabafos. Diriam que, quem dizia desabafava, pobre era de quem ouvia. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que já todas as bancadas tinham cumprimentado o Sr. Presidente pela sua eleição, mas, se lhe permitisse, por ter tido o privilégio de ter trabalhado de perto com ele na Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude, reiterava esses cumprimentos e manifestava também a sua total confiança nas suas capacidades para o desempenho da exigente função para que foi eleito. -----

----- Disse, depois, que foi prudente, da parte da Conferência de Líderes, ter adiado a votação da cessação de funções dos técnicos da Divisão de Apoio Juvenil para uma próxima Sessão da Assembleia, porque estavam presentes nessa discussão questões profundas, questões que não mereciam ser reflectidas apenas numa Moção, mas que careciam de um debate profundo, um debate com uma intervenção atenta e séria por

parte dos Deputados Municipais, porque havia ali problemas estruturais da própria Administração, fosse ela autárquica ou central. -----

----- De facto, a relação entre os recursos humanos e os ditos recibos verdes era uma chaga que perdurava, uma chaga que gerava precaridade, que gerava instabilidade nos serviços e que afectava a própria qualidade do serviço global prestado à população. E, no fundo, a questão que era ali trazida pelos técnicos, através da intervenção do Sr. Pedro Vieira, no período de intervenção do público, que merecera o trabalho da Comissão, era de difícil abordagem. Desde logo, porque certamente toda a gente com um mínimo de sensibilidade humana estaria solidária com a situação desses técnicos, que viam um contrato automaticamente renovado por um ano ser rescindido uns meros 20 dias depois, mas em termos legais as coisas eram como eram! E, neste caso, infelizmente eram assim! -----

----- Portanto, era preciso debater os fundamentos e o mérito de porquê as coisas eram assim, quais as responsabilidades das entidades que geriam os recursos humanos, e neste caso sendo a entidade que tutelava a situação dessas pessoas a mesma que geria os recursos humanos, porque era que não se desenvolviam formas de organização e de planeamento que permitissem avaliar as necessidades dos serviços em termos de pessoas e de recrutar essas pessoas como deviam ser recrutadas. -----

----- Isto porque havia depois uma outra questão que inquinava tudo isso. É que, aparentemente, esses técnicos desempenhavam funções que pressupunham uma subordinação jurídica, portanto não seriam propriamente trabalhadores independentes, e não sendo, segundo os elementos que foram fornecidos, trabalhadores independentes o seu recrutamento estava sujeito à oferta pública de emprego, em que todas as pessoas nas suas condições pudessem concorrer em termos de igualdade e no final fossem escolhidos aqueles que, pelo seu mérito, revelassem serem os melhores. -----

----- E quando, logo de início, as coisas não eram feitas assim geravam-se uma série de ambiguidades que afectavam a estabilidade pessoal das pessoas que estavam nessas situações, afectavam as expectativas de quem queria concorrer a empregos públicos em termos de normalidade e não o podia fazer, e depois isso levava-os a tentar resolver essas situações sempre pelo lado da sensibilidade humana. -----

----- Outra questão levantada a propósito da Divisão de Apoio Juvenil, era que existia uma indefinição entre o que era técnico e o que era político, entre aquilo que deveria ter sido executado e aquilo que era pensado ou que se deveria ter pensado. E nesse aspecto julgava que não havia ali visões neutras em termos políticos, ou seja, toda a movimentação que se gerara em torno dessa questão não era neutra em termos políticos, e, assim sendo, era preciso ponderar outra questão. -----

----- Relativamente à política de juventude do Município, não havia ou não devia haver coutadas, não havia uma visão totalmente meritória da parte da Sra. Vereadora, não havia uma visão política totalmente meritória da parte dos técnicos. Seria bom que se criassem, um a vez por todas, instrumentos de auscultação da pluralidade das visões sobre o assunto. E aí, Sra. Vereadora, talvez este processo fosse motivo para desencadear rapidamente o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude, para

que não estivesse depois obrigada a gerir o conflito entre as suas visões políticas e as visões técnico/políticas da Divisão de Apoio Juvenil. -----

----- Portanto, solicitava à Sra. Vereadora que abrisse esta discussão ao exterior, às outras sensibilidades da cidade, porque abrindo a discussão a outras sensibilidades com certeza teria tempo para se debruçar, mais a fundo, sobre a execução do Plano de Actividades na área da juventude, que, neste momento, não deixava de ser preocupante. De facto, confrontando os elementos referidos na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa ao período de 1 de Novembro de 2002 a 31 de Janeiro de 2003 e o que constava do Plano de Actividades aprovado em Dezembro, eram obrigados a concluir que havia inúmeros projectos que apresentavam um atraso assustador. E identificava claramente o Espaço Cultural Lisboa Jovem, Mega-Espaço de Juventude, Autocarro da Juventude, Projecto Cidade Desportiva, porque tudo isso eram bandeiras invocadas como de mudança por parte da nova maioria para a Cidade de Lisboa, na área da juventude. -----

----- No entanto, em termos de execução, não tinham um indício, e era isso que gerava a preocupação que os levava a lamentar que, após um ano de mandato, em vez de estarem a discutir os grandes pontos de referência da execução desses projectos, estivessem, infelizmente, a discutir as questões da Divisão da Apoio Juvenil e a forma de articular a execução dessas políticas com a orientação da Vereação. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD, pela voz do Deputado Municipal Ricardo Chaves, já saudara o Sr. Presidente pela sua eleição, mas queria também, em termos meramente pessoais, desejar-lhe as maiores felicidades, as maiores venturas e o maior êxito no desempenho das funções para que tinha sido eleito. E tinha a certeza, por aquilo que conhecia do Sr. Presidente, e conhecia-o há muitos anos, que iria desempenhar um belíssimo papel como Presidente da Assembleia Municipal e que daria um exemplo de dignidade, de lealdade, de equidade e de democracia no desempenho das suas funções. Portanto, fazia votos para que tudo isso acontecesse, e desejava-lhe os maiores êxitos pessoais. -

----- Seguidamente, referiu que as intervenções do Partido Socialista lhe causaram alguma surpresa. Por exemplo, o Deputado Municipal João Pinheiro começara por dizer que se congratulava pelo adiamento da discussão da Moção que tinha a ver com o despedimento dos jovens da Divisão de Apoio Juvenil, e depois falara durante meia hora sobre isso! De facto não percebia! Seria esse exemplo de funcionamento da Assembleia que esse jovem Deputado Municipal lhes queria dar? É que congratular-se inicialmente com o adiamento do assunto e depois falar dele durante meia hora, desenrolando uma crítica cerrada ao conteúdo da Moção, quanto a si foi mau, não foi oportuno, e naturalmente ele próprio reconheceria essa inoportunidade se meditasse um bocadinho. -----

----- A um áparte que referiu que foram sete minutos, respondeu que a si lhe pareceu que foi uma hora. -----

----- Sobre o que foi referido pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que ele devia estar felicíssimo com o áparte que foi proferido pelo Dr. Pedro Santana Lopes numa reunião partidária, onde efectivamente disse que estava farto de algumas

atitudes na Assembleia Municipal, que se sentia condicionado, que a sua capacidade de acção e de execução era limitada e que não poderia fazer, da forma que gostaria, o andamento de processos que provocassem um maior e melhor desenvolvimento à Cidade de Lisboa, pelo que, em face disso, seria talvez melhor eleições antecipadas. --

----- E, por aquilo que ali disse o Deputado Municipal Miguel Coelho, isso seria o ideal para o Partido Socialista, porque ganharia a brincar! É que, como disse o Deputado Municipal Miguel Coelho, se o Sr. Presidente da Câmara num ano de mandato fez zero, naturalmente o eleitorado não deixaria de considerar essa negatividade de funções, e certamente iria premiar o Deputado Municipal Miguel Coelho, ou outro elemento do Partido Socialista que fosse o candidato, elegendo-o com a maior das facilidades já que a Câmara Municipal não tem funcionado. -----

----- Só que era ao contrário! O Deputado Municipal Miguel Coelho e o Partido Socialista sentiam, naturalmente, que a Câmara estava a funcionar, tinham algum receio do seu funcionamento e temiam que o êxito do funcionamento do Executivo camarário correspondesse a um maior distanciamento do eleitorado em relação às teses do Partido Socialista e do Partido Comunista. E esse inêxito do Partido Socialista e do Partido Comunista era muitas vezes ali retratado, todo sabiam que sim, já que tinham imensos exemplos onde isso aconteceu, onde havia um obstáculo permanente ao funcionamento de algumas ideias que tinham que ser desenvolvidas pelo Executivo, através de pequenos truques. -----

----- Por exemplo, recordavam-se todos que o Plano de Actividades acabara por ser aprovado com a abstenção do Partido Socialista, mas lembravam-se certamente como tinha sido doloroso ouvir praticamente todos os Deputados Municipais do Partido Comunista a “baterem” durante horas e horas prolongando a reunião até muito tarde! --

----- É que também já foram oposição, portanto já ali os viram e observaram como oposição, e a maioria de esquerda sabia perfeitamente que quando era maioria na Câmara e na Assembleia que havia questões essenciais sobre as quais todos estiveram de acordo. E era isso que agora pediam! Não pediam à esquerda que caracterizasse as suas opções políticas, que fossem diferentes daquilo que eram ou do que pensavam em relação ao modelo de cidade que cada um queria naturalmente obter. -----

----- Por isso, o que se pedia, e se desejava, era que houvesse uma convergência para que a cidade fosse valorizada, porque havia opções fundamentais para a cidade que não podiam ser obstaculizadas por força de uma maioria, que poderia ser de bloqueio. Não é! Mas há que assumir as responsabilidades em todos os momentos. Aliás, poderia dar imensos exemplos onde esses obstáculos foram criados, ao contrário do que foi dito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- Continuando, disse que era fundamental que tivessem consciência de que a Assembleia Municipal tinha que ser dignificada, mas que ela só seria dignificada perante a opinião pública se correspondesse, de facto, a uma capacidade de intervenção que valorizasse a cidade e não que a imobilizasse. Se a esquerda tivesse consciência disso, naturalmente as suas posições, as suas atitudes e os seus gestos seriam com certeza diferentes. Era isso que se pedia. -----

----- Disse, ainda, que a permanente crítica acérrima e supostamente avassaladora que o Deputado Municipal Miguel Coelho ali costumava fazer, pelos vistos não caía na opinião pública, porque o crédito que a Câmara estava a ter na opinião pública – e as sondagens e os inquéritos de opinião eram disso um grande exemplo – era no sentido de que efectivamente estava a trabalhar bem, que estava a desenvolver um trabalho digno e que estava a ir pelo bom caminho, apesar das dificuldades dos doze anos em que a maioria de esquerda tivera a liderança da Câmara. -----

----- Rematou dizendo que cada vez mais era necessário que cada um tivesse consciência das suas responsabilidades: “os Senhores assumam as vossas que nós estamos a assumir as nossas”. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves não podia pôr em causa a legitimidade da oposição de exercer o seu direito à crítica, o seu direito à intervenção e o seu direito a opinar sobre qualquer assunto na Assembleia Municipal. -

----- E quando o Deputado Municipal Victor Gonçalves referia que era preciso valorizar a Assembleia Municipal e que não estava para ouvir determinado número de Deputados Municipais a falar – por caso não seriam, mas poderiam ser do ser partido – tinha que lhe dizer, com muita sinceridade e com a estima pessoal que sabia que tinha por ele, que não estava a conviver bem com a democracia neste momento ao dizer uma coisa dessas. -----

----- Na Assembleia Municipal tudo se devia discutir, a opinião de cada um era tão respeitável como a opinião do Deputado Municipal Victor Gonçalves, e não podiam ali pecar por omissão, portanto pedindo às pessoas para se calarem e não dizerem aquilo que pensavam. Pelo contrário, teriam que ter ali a capacidade necessária para ouvir todos e depois, em função disso, tomarem as deliberações que deveriam tomar. --

----- Mas, passando aos factos, pedia ao Deputado Municipal Victor Gonçalves que lhe apresentasse a lista das medidas que a maioria da Assembleia boicotara, conforme referira, e perguntou-lhe se sabia que na Câmara Municipal mais de 90% das propostas foram aprovadas por unanimidade! Seria isso boicotar?! -----

----- Por outro lado, os instrumentos necessários para governar foram conferidos à Câmara Municipal, mesmo divergindo o PS da forma como os mesmos foram apresentados. Ou seja, foram conferidos: orçamento e reestruturação da Câmara. Portanto, aquilo que competia à maioria era governar consoante o seu programa, aquilo que competia à oposição era ajuizar, caso a caso, se devia ou não devia estar de acordo e, evidentemente, ser uma oposição construtiva defendendo alternativas concretas àquilo que era apresentado. -----

----- E nessa matéria o Partido Socialista respondia sem complexos porque tem sido um bom exemplo disso: concordavam com aquilo que achavam que deviam concordar, e não concordavam com aquilo que achavam que não deviam concordar, quer o Deputado Municipal Victor Gonçalves quisesse ou não, ou o Sr. Presidente da Câmara gostasse ou não. -----

----- Disse, ainda, que muito o espantava que o Deputado Municipal Victor Gonçalves ali viesse agora dizer que foi um desabafô do Sr. Presidente da Câmara numa reunião

partidária, quando ele próprio tinha ouvido uma entrevista do Sr. Presidente da Câmara à SIC Notícias, onde dizia: “eu tenho que me governar com o meu orçamento”. Mas era o orçamento do Sr. Presidente da Câmara que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal! -----

----- Portanto, seria bom que não mistificassem as coisas, porque estavam ali para julgar, para ajuizar, para opinar e para exercer o legítimo direito que tinham enquanto Deputados Municipais. “Os Senhores estão aqui evidentemente para apoiar, quando o entenderem, e para governar.” -----

----- E o que pediam à maioria era que governasse e começasse a cumprir o seu programa. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em contraprotesto, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho sabia, melhor que ninguém, que havia várias formas de condicionar a acção de quem quer que fosse, como também sabia perfeitamente que a reestruturação da Câmara, se calhar, não era a reestruturação do Sr. Presidente da Câmara por força das negociações e das cedências que teve que fazer, e de igual forma também o Orçamento e o Plano de Actividades não seriam também os desejados pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Miguel Coelho sabia também os obstáculos que foram criados noutras áreas, por exemplo em relação à aquisição da Colecção, que se fosse no mandato anterior seria aplaudida por todos com todas as mãos possíveis, e que nesta altura levantara na Assembleia a celeuma que todos viram. Se tivesse sido adquirida pelo anterior Presidente da Câmara, Dr. João Soares, se calhar nem viria à Assembleia, mas se viesse seria ali aplaudida! Não tinha dúvidas disso. -----

----- Recordou, a propósito, que sobre a Exposição de Brotero e a compra das estátuas de Brotero ninguém falou nisso, a então maioria calara-se! Aliás, calara-se durante anos e anos em relação àquilo que eram as actividades extra-municipais só por uma questão de demagogia e de visibilidade televisiva do anterior Presidente da Câmara. Mas agora, cada vez que o actual Presidente da Câmara ia à televisão diziam que era demagogia, mediatismo e outras coisas mais, quando era um facto que não procurava esse mediatismo, enquanto outros que o antecederam o procuravam. E a oposição sabe que ele sabe que era assim! É que todos conheciam a personalidade em questão! E a situação era completamente diferente! -----

----- Seguidamente, disse que ainda não tinha hoje dito ao Deputado Municipal Dias Baptista que se congratulava com a presença, mais uma vez, do Sr. Presidente da Câmara. É que ele prometera chamar a atenção sempre que não estivesse presente o Sr. Presidente da Câmara. Portanto, gostava que o Deputado Municipal Dias Baptista aplaudisse a presença do Sr. Presidente da Câmara, que tinha a hombridade de dar a cara, de forma transparente e frontal, a todos aqueles que lhe solicitavam o parecer e a opinião, o que antigamente não era feito. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra, disse que a poucos dias do “8 de Março”, que no mundo inteiro se comemora como o Dia Internacional da Mulher, queria, como Presidente da Comissão Permanente da

Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, da Assembleia Municipal, mas também como mulher e como comunista, dirigir muito especialmente às mulheres de Portugal, a seguinte saudação: -----

----- “Neste início do século XIX, numa era em que poderia parecer que os direitos estariam finalmente conquistados, eis que as raparigas e as mulheres se vêem coarctadas nas suas opções profissionais, no direito ao trabalho, no direito à informação sexual, coagidas no desempenho das suas funções como trabalhadoras, mas também quanto aos seus direitos sexuais e reprodutivos. -----

----- O momento político em Portugal, que vai a par do momento mundial na tal globalização que nos tritura, exige uma grande agudeza de análise, agilidade de acção e de mobilização. -----

----- O PSD/CDS no Governo desenvolvem uma política que está a provocar o retrocesso das conquistas e direitos das mulheres: o Código de Trabalho, a Lei de Bases da Família, a Lei de Bases da Segurança Social, criaram um clima político e social de depressão e de terror no sentido de impedir a luta, a participação, o arrojo das mulheres, particularmente das trabalhadoras, das estudantes, das domésticas e das idosas. -----

----- Nós, mulheres, pessoas com direito à individualidade e singularidade, somos pessoas com personalidade jurídica e direitos de cidadania, e queremos participar continuando a escrever esta história de luta pelo progresso e pelo desenvolvimento, pela justiça social, pela igualdade, pela paz no nosso País e no mundo. -----

----- O actual Governo está, inclusivamente, a agir através de Organizações Não Governamentais, de direita, provocando um retrocesso dos valores democráticos ligados à família e à sexualidade, retomando concepções retrógradas da mulher, transformando-a novamente em objecto, “em mãe de família, fada do lar”. -----

----- É neste quadro que vamos este ano viver o próximo “8 de Março”. -----

----- Queríamos convidar as Senhoras e os Senhores Deputados, as Senhoras e os Senhores Vereadores – muito especialmente o nosso novo Presidente da Assembleia Municipal, a quem me une uma amizade e uma camaradagem de muito mais de 30 anos – a que participassem nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, que terá lugar no dia 8 de Março, na Praça da Figueira, durante toda a tarde a partir das 14 horas, e onde haverá, além de uma marcha/corrída, simbólica, com a participação de atletas, de mulheres e grupos de animação, também um painel de solidariedade, que será feito nessa altura, com as mulheres do mundo inteiro e em defesa da paz, com pinturas ao vivo no local, e ainda um painel sobre desemprego com rosto de mulher, que será criado a partir da participação das próprias mulheres no local. -----

----- Mas haverá muito especialmente, e para tal vos convido, uma tribuna de opinião onde todas e todos podem testemunhar sobre os problemas que afectam as mulheres no momento actual, designadamente a precaridade de trabalho, o desemprego, os aumentos de preços e os impactos negativos nos direitos das mulheres que resultam do Pacote Laboral, da Lei de Bases da Segurança Social e da Lei de Bases da Família.

----- Esperamos pela vossa activa presença.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Santos (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, no uso da palavra, depois de felicitar o Sr. Presidente da Assembleia pela sua eleição e lhe desejar as maiores felicidades no desempenho do cargo, e também saudar o Sr. Primeiro Secretário pelo comportamento brilhante que teve no interregno entre o falecimento do anterior e a eleição do novo Presidente, leu o seguinte documento: -----

----- “Como é do conhecimento de V. Ex^a. e de toda a população, uma parte significativa da nossa cidade esta em tal estado de degradação que se poderá dizer que está a vir a baixo. -----

----- Os senhorios aproveitam as circunstâncias e tiram daí as suas mais-valias. Temos a perfeita noção de que os dinheiros públicos são escassos e não podem ser utilizados em determinadas funções. -----

----- Contudo há situações de tal modo “gritantes” que ter-se-á que fazer uma intervenção mais profunda. -----

----- Desconheço se a Sra. Vereadora já lhe apresentou a situação que passo a indicar:

----- Na Rua de Campolide, o edifício com o n.º 78 há cerca de dois anos que ardeu devido a uma anomalia provocada pelas obras da Lisboa Gás. -----

----- Dos dois proprietários, um estava disposto a iniciar, logo a seguir ao acidente, as obras de recuperação. O outro, quiçá, vislumbrando benesses futuras, não esteve de acordo e hoje os inquilinos ainda vivem em casas cujas rendas são suportadas pela companhia de seguros da Lisboa Gás. Curiosamente a advogada do senhorio é a Dra. Teresa Teixeira, que era Vereadora, sem pelouro, na ocasião. -----

----- A degradação do edifício é cada vez maior provocando pequenos desmoronamentos para a rua que só não provocam acidentes porque o edifício está coberto com uma pseudo rede de protecção que já se encontra em adiantado estado de degradação. -----

----- O passeio está totalmente ocupado e a população vê-se na necessidade de andar na rua e sujeitar-se a ser molestada pelas viaturas, o que já aconteceu por várias vezes.

----- A população está cada vez mais desesperada com a situação aqui existente. -----

----- Apesar de ser um edifício particular julgo que a nossa edilidade não poderá continuar a fechar os olhos a estas situações que cada vez mais proliferam pela cidade.

----- A terminar esta minha intervenção queria conhecer ainda o seguinte: -----

----- Quando irá ser realidade a piscina de Campolide que já foi prometida por diversas vezes? Qual a resposta que posso dar à população? -----

----- Qual será o futuro dos Bairros da Liberdade, do Tarujo e da Bela Flor?” -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, no uso da palavra, depois de felicitar o Sr. Presidente pela sua eleição e referir que esperava que continuasse a dignificação da Assembleia Municipal, disse que também desejava fazer uma nota ao Deputado Municipal Dias Baptista para reiterar que o Sr. Presidente da Câmara estava presente, de facto, mais uma vez. -----

----- Depois, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho falara em promessas não cumpridas, citando, nomeadamente, as piscinas, trazer os jovens para o centro da cidade e a não reabilitação urbana, e, quanto a isso, queria dizer-lhe que certamente

não estaria à espera, porque ninguém estava, que num ano a actual Câmara Municipal cumprisse as promessas todas que tinha para fazer ao longo de quatro anos. Aliás, no tocante às piscinas, reiterava o que o Sr. Presidente da Câmara já havia dito: só se as quisessem pôr em pipos. -----

----- Por outro lado, relativamente à questão de trazer os jovens para o centro da cidade, também esperava que o Deputado Municipal Miguel Coelho não estivesse a pensar que a Câmara fizesse a reabilitação urbana que prometera, e que efectivamente estava prevista para 2003, apenas num ano. A menos que estivesse a pensar que a Câmara trouxesse jovens para o centro da cidade com os prédios nas condições em que estavam. -----

----- Em relação aos votos de pesar, disse que o PSD se associava, quer ao apresentado pelo Deputado Municipal Artur Madeira, quer ao apresentado pelo PCP relativo ao falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, pelo que os votaria favoravelmente. -----

----- Sobre a Moção relativa às acessibilidades ao novo estádio do Sporting, disse que lhes parecia que ela era um equívoco, porquanto não era à respectiva Comissão Permanente que se deveria solicitar a fundamentação da opção focada na Moção, mas sim ao Sporting. Aliás, em relação à opção, quando se referia: “recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que não exclua definitivamente a opção em túnel” isso não tinha razão de ser porque não havia opção em túnel. Depois de vários pareceres da Câmara Municipal, o que estava em jogo era, de facto, o desnivelamento das acessibilidades, e não túnel ou viaduto. Portanto, não estava em causa, quer o viaduto, quer o túnel, mas apenas um desnivelamento das acessibilidades. -----

----- **A Deputada Municipal Susana Silvestre (PCP)**, no uso da palavra, disse que apenas queria lembrar ao Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP, que independentemente dos vínculos que ligavam os trabalhadores ao Pelouro da Juventude, o que estavam agora a falar era dos despedimentos, porque a Câmara, em vez de regularizar a situação, como o PCP fez com alguns dos trabalhadores do Pelouro da Juventude e também pretendia fazer com estes se a coligação de esquerda tivesse ganho as eleições, a verdade era que pura e simplesmente os despediram. -----

----- Portanto, o que estava em causa, e a verdade não podia ser escamoteada, era que estavam perante um despedimento colectivo em relação ao qual gostavam de ouvir da Sra. Vereadora, no Plenário, uma justificação. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que a Deputada Municipal Susana Silvestre insistia em despedimento, enquanto a Câmara, a seu ver com alguma razão, alegava que não havia despedimento mas sim uma não revalidação de contrato, o que eram coisas juridicamente bem distintas. -----

----- E aquilo que se tinha limitado a dizer, foi que o Partido Comunista, enquanto estava na Câmara, tendo um dos trabalhadores da Divisão de Apoio Juvenil com contrato a termo certo – ele disse isso na Comissão – foi renovando o contrato enquanto foi possível e depois, em vez de o integrar na Câmara, pô-lo a recibos verdes. Essa foi a prática do Partido Comunista! -----

----- **A Deputada Municipal Susana Silvestre (PCP)**, em contraprotesto, disse que não esteve na reunião da Comissão da Juventude mas esteve na reunião com os trabalhadores, e aquilo que esse trabalhador contou foi que esteve a contrato no Pelouro da Educação e, por sua vontade, passou para o Pelouro da Juventude, onde, por sua opção, se manteve a recibos verdes. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por, em nome pessoal, felicitar o Sr. Presidente pela sua eleição dizendo que estava certo que iria desempenhar o cargo com a dignidade habitual dignificando, por isso, a própria Assembleia. Felicitou também o Sr. Primeiro Secretário pelo trabalho que desenvolvera neste período importante da Assembleia, cumprindo muitíssimo bem aquilo que eram as suas tarefas. -----

----- Depois, sobre a Moção que o PS apresentara relativamente ao acesso ao novo estádio do Sporting, disse que o Deputado Municipal Pessanha da Silva, ainda antes da sua intervenção, conversara consigo procurando explicitar a dúvida sobre essa problemática, mas aquilo que apresentavam na Moção era exactamente o resultado das dúvidas, que, aliás, foram ali trazidas pelo Presidente da Associação de Residentes de Telheiras. -----

----- Isto porque, a noção que tinham do contacto com a associação era que a preocupação tinha a ver com a opção que foi tomada. Não diziam que ela foi tomada pelo Sporting ou pela Câmara, porque era público que tinha sido tomada pelo Instituto de Estradas de Portugal e pela Câmara Municipal de Lisboa. Mas não queriam acusar a Câmara de nada, era preciso que isso ficasse claro. -----

----- Aquilo que queriam era que a Câmara, porque ao contrário do que ali foi dito tinha responsabilidades na medida em que era responsável pela gestão do território, apresentasse o projecto junto da Comissão especializada, e também, simultaneamente, que não pusesse de parte desde já a via/túnel. Um Deputado Municipal procurara transmitir que se tratava apenas e tão só dum desnivelamento, mas por aquilo que viram, inclusive em termos gráficos apresentados num jornal, mal, toscamente, queriam perceber melhor e para tal queriam que o projecto fosse apresentado à Comissão para que ficassem com uma ideia clara sobre a matéria. Eventualmente até para dizerem que a Câmara tinha razão pois não havia nenhum impacte negativo e não era prejudicada a qualidade de vida das pessoas. -----

----- Rematou dizendo que não havia ali qualquer intenção de atrasar, quer a obra, quer o acesso ao estádio do Sporting. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, depois de cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia pela sua eleição e de lhe desejar as maiores felicidades no exercício das suas novas funções, disse que se depreendia do teor da Moção a que o Deputado Municipal Dias Baptista acabara de se referir, que, se calhar, ele próprio não conhecia a solução que estava em jogo, e daí ter referido que remetia o esclarecimento para uma Comissão. -----

----- É que se o Deputado Municipal Dias Baptista tivesse conhecido a solução não teria certamente subscrito a Moção. Aliás todos os considerandos estavam errados, e podia provar facilmente isso. Com certeza houve falta de comunicação, algum

equivoco, algum engano, mas desejava chamar a atenção de que falavam de acessos ao novo estádio do Sporting que estavam regulados por um protocolo que foi assinado entre o Instituto de Estradas de Portugal, o Sporting Clube de Portugal e a Câmara Municipal de Lisboa, o dono da obra era o Sporting Clube de Portugal, quem acompanhava e aprovava as soluções era a Câmara, mas essa solução era já a terceira, porque a Câmara, por sua iniciativa, chumbara as duas anteriores, com a concordância, aliás, da Associação de Residentes de Telheiras. -----

----- A primeira, pressupunha o alargamento, para dentro do território de Telheiras, com duas faixas de rodagem, no sentido descendente da Av. Padre Cruz com semaforização para virar à esquerda. Era altamente penalizadora para Telheiras, e foi chumbada. -----

----- A segunda, pressupunha uma rotunda no desnivelamento hoje existente de acesso a Telheiras, por baixo da Av. Padre Cruz, que também foi chumbada porque era altamente penalizadora. -----

----- Portanto, esta, a terceira, era a solução de longe mais correcta sob todos os pontos de vista. Aliás, o consultor desta solução para o Sporting Clube de Portugal era uma pessoa cuja capacidade técnica estava acima de qualquer suspeita, o Prof. José Manuel Viegas. -----

----- Esta solução, tecnicamente nem era um viaduto nem um túnel. Era um desnivelamento de facto, que, diria, era meio túnel e meio viaduto, já que tecnicamente não se podia dizer que era um viaduto ou que era um túnel. -----

----- Agora, do ponto de vista de implantação e nos prédios mais próximos do ramal que saía de Telheiras para a Av. Padre Cruz, a via iria ficar mais afastada dos prédios. Esse dito viaduto, na zona em que passava por cima da saída de Telheiras, subiria arrasante 1 metro a 1,05 metros, mas era numa zona que estava afastada 50 metros dos prédios de Telheiras, não era no prédio mais próximo porque o prédio mais próximo iria ficar beneficiado. -----

----- Portanto, parecia-lhe haver ali um mal entendido e tinha a certeza que se o Deputado Municipal Dias Baptista tivesse conhecido esses pormenores a Moção teria sido subscrita de forma diferente. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, disse que a intervenção do Sr. Vice-Presidente foi muito útil, pelo que propunha à Assembleia que a Moção em questão não fosse votada hoje porque entretanto teriam oportunidade de conhecer melhor os projectos e depois seria votada, ou não, numa próxima reunião. -----

----- **O Senhor Presidente** pôs a questão à consideração do Plenário e como ninguém se manifestara em sentido contrário disse que ela estava retirada da presente reunião. -

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho aludiu à intervenção do Deputado Municipal Victor Gonçalves referindo que estavam com medo da democracia, mas queria dizer-lhe que estava enganado porque não era o PSD que tinha qualquer medo da democracia! O que acontecia era que o PSD acreditava numa democracia que muito sinteticamente procuraria explicar: era uma democracia de condutas e não de palavras, uma democracia de responsabilidade e de frontalidade, uma democracia que

não vivia do dizer que aprovava mas depois quando chegava a altura da verdade não aprovava, era uma democracia que não vivia do dizer que votava e depois na altura de votar não votava, era uma democracia que, para ser praticada com seriedade, admitia a divergência das posições, mas elas deveriam ser frontalmente assumidas e votadas. ---

----- Era essa democracia que estavam à espera na Assembleia Municipal. -----

----- Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho pedira casos, e casos havia e eram inúmeros! Por exemplo, o caso do Parque Mayer, o caso da Colecção Francisco Capelo, o caso de querer fechar a cidade aos carros mas depois não querer ouvir falar de portagens, o caso da reorganização da Câmara que era atrasada por questões de pormenor. -----

----- Eram já muitos casos, esperavam que não houvesse mais! Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho que ficasse ciente que ninguém do Grupo Municipal do PSD vivia mal com a democracia, só que era uma democracia de frontalidade. Quando acreditavam num projecto, numa ideia, numa medida, aprovavam e votavam. Essa era talvez a diferença! -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que em democracia a primeira regra era respeitarem as maiorias e as minorias, a segunda regra era dialogar, conversar e não calar nunca a voz a ninguém. E nesta segunda regra, via, por vezes, alguma impaciência por parte dos Deputados Municipais do PSD sempre que alguém da oposição estava a exercer o direito legítimo de criticar. ---

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Ricardo Chaves já antecipara ali coisas futuras, mas queria dizer-lhe o seguinte: em relação ao passado o PS quando teve que estar em desacordo esteve em desacordo, quando teve que estar em acordo esteve em acordo, e quando entendera que devia viabilizar, mesmo não concordando, também o fez. -----

----- Mas em relação ao futuro não valia a pena estar antecipar o que iria acontecer, porque tudo dependeria dos projectos em concreto, da forma como se dialogasse com a oposição e como pudessem concertar posições comuns. Isso é que era democracia, não era uns a falar e outros a baterem palmas. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo Deputado Municipal do Artur Madeira, que era um Voto de Pesar pelo falecimento dos sete astronautas da nave Columbia. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, que era um Voto de Pesar pelo falecimento do Engº José Godinho, ex-Autarca da Freguesia de São Jorge de Arroios e ex-Deputado Municipal da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- As moções números **2** e **4** foram retiradas para serem consideradas na próxima Sessão. -----

----- Após a votação dos votos de pesar, por proposta do Sr. Presidente, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das personalidades referidas. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as votações, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 7/2003;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 16/2003;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 541/2002.** -----

----- Foi distribuído um aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 5 - Proposta 77/2003;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 80/2003;** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** lembrou que, conforme tinha anunciado no início da reunião, iniciariam este período com a discussão e votação da proposta referente ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos, seguindo-se depois o ponto 6 e o ponto 2, retomando-se a partir daí a ordem normal dos pontos da convocatória. -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 77/2003 –APROVAR O CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA PARA AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO SITO NA RUA ÁUREA, Nº 49 E RUA NOVA DO ALMADA, Nº 2, PROPRIEDADE DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, NO ÂMBITO DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 77/2003 -----

----- “Considerando a necessidade de dar continuidade à centralização dos serviços municipais; -----

----- Considerando a existência de um prédio junto dos Paços do Concelho, cujos 4º e 5º pisos já são utilizados pela Câmara Municipal de Lisboa, a título de Comodato, desde 1998; -----

----- Considerando que o título precário de ocupação do imóvel, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, pode cessar a qualquer momento, e que se mantém há cerca de cinco anos, sem formalização; -----

----- Considerando ter já existido acordo no valor a atribuir a esse imóvel, havendo a possibilidade da utilização imediata por parte da Câmara do 3.º piso do imóvel, a acrescer aos 4.º e 5.º pisos já utilizados; -----

----- Considerando que o edifício tem uma área bruta total de 12.828 m2, o que permitirá alojar diversos serviços da Câmara, até agora dispersos por toda a cidade; -

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto no art. 64º, n.º 6, alínea a) e da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este Órgão deliberativo, ao abrigo do disposto no art.º 53, n.º 2, alínea i) do mesmo Diploma: -----

----- 1- Adquirir o prédio sito na Rua Áurea, nº 49 e Rua Nova do Almada, nº 2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº 00018/060891 da

freguesia de São Julião e nº 00032/060891 da freguesia de Conceição e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Nicolau sob o artº 397, ao qual foi atribuído o valor de 19.000.000 € (dezanove milhões de euros), pertencente a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, ou a quem no acto da escritura prove ser seu legítimo proprietário. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DO VALOR PROPOSTO -----

----- O valor proposto teve por base a negociação com a proprietária do imóvel. O edifício em causa tem uma área bruta total de 12.828 m2, composto por 6 pisos e cave. -----

----- Previamente havia sido indicado um valor inicial de 19.192.000 € pela proprietária, com base em avaliação efectuada pelos seus serviços, de reconhecida fiabilidade. -----

----- A CML contratou serviços de avaliação externos, que chegaram ao valor total do imóvel de 20.451.600 €. -----

----- Esta avaliação teve em conta o valor de mercado do imóvel, em uso continuado, tendo em conta as características do mesmo, sua localização e condições específicas do mercado e da conjuntura do momento. -----

----- Em fase de negociação o preço foi corrigido e fixou-se em 19.000.000 €, valor este que se considera ajustado e conveniente ao Município nesta transacção. -----

----- Esta despesa tem enquadramento orçamental na Acção do Plano 03/05/A101/08 (Rua do Ouro) da orgânica 01.05 e económica 07.01.03.01.06. -----

----- A cabimentação será efectuada após a aprovação da 5a Alteração Orçamental. --

----- Repartição de Encargos: 1.425.000 € - 2003 -----

----- 17.575.000 € - 2004 -----

----- - Proc. “E” 56/03 -----

----- - Proc. Privativo 29/DGI/03 -----

----- II - Aprovar a minuta do contrato promessa de compra e venda, que se junta em anexo e que faz parte integrante da proposta.” -----

----- **O Senhor Presidente**, como ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação da proposta 77/2003 tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e a abstenção do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 80/2003 – APROVAR A MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL SITO NO CAMPO GRANDE Nº 13/13 A E EVENTUAL ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS DESCRITOS NA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 80/2003 -----

----- “Considerando que, -----

----- A necessidade de dar continuidade à reorganização dos serviços municipais prosseguindo os objectivos de centralização dos mesmos determinou a procura de um imóvel vago e devoluto de utilização terciária com localização próxima do Edifício Central do Campo Grande; -----

----- Na prossecução dessa procura se verificou a existência de um imóvel com aquelas características confinante a sul com o já mencionado Edifício Central, sito no Campo Grande n.º 13/13-A, com área bruta de 2.900 m², pertencente ao Fundo de Investimento de Imobiliário Fechado Imodesenvolvimento, representado pela Imopólis, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A., de ora em diante designada de Imopólis; -----

----- Foi acordado entre as Partes o valor para o imóvel de €5.650.000,00 (cinco milhões seiscientos e cinquenta mil euros), o qual teve por base avaliações efectuadas pelo Departamento do Património Imobiliário (Proc. "E" 55/03 e Proc. Privativo 27/DGI/03); -----

----- É possível a imediata utilização deste imóvel; -----

----- Foi acordado entre a Sociedade Gestora e a Câmara Municipal celebrar o Contrato- Promessa que desta proposta faz parte integrante e que contém as condições fundamentais que se seguem: -----

----- A Imopólis promete transmitir ao Município de Lisboa o prédio urbano sito no Campo Grande, n.º 13/13-A, Freguesia de Campo Grande, Concelho de Lisboa, pelo valor de €5.650.000,00 (cinco milhões seiscientos e cinquenta mil euros). -----

----- Para pagamento do preço prometido, o Município de Lisboa obriga-se, a título de sinal e princípio de pagamento, a entregar a quantia de €1.130.000,00 (um milhão cento e trinta mil euros), imediatamente após obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas sobre o presente contrato-promessa. -----

----- Nos trinta dias subsequentes à celebração deste contrato-promessa podem as partes resolvê-lo livremente ou, como é de interesse municipal, substituí-lo pela promessa de adquirir esse prédio por permuta com prédios municipais sitos na Rua de São Bento e melhor identificados na minuta de contrato anexa à proposta. -----

----- Assegura-se, assim, quer a firme intenção de adquirir tal imóvel, quer a possibilidade de negociar tal aquisição por permuta com prédios municipais. -----

----- Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Nos termos das disposições constantes da alínea a), do n.º 6, do art.64º e da alínea i) e do n.º 2 do art. 53º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a autorização da Assembleia Municipal a minuta de Contrato de Promessa em anexo. -----

----- O valor correspondente à avaliação do imóvel sito no Campo Grande tem enquadramento orçamental na acção do plano 03/05/A102/05, na rubrica económica 01.05 07.01.03.01.06 e cabimento após aprovação da 5ª alteração orçamental.” -----

----- (O contrato-promessa anexo à presente proposta, fica devidamente arquivado junto da mesma nos serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que apenas queria referir uma precisão, que aliás foi o cerne da discussão na reunião da Câmara

Municipal, e que tinha a ver com aquilo que se pretendia atingir com ela. Ou seja, a proposta não pretendia que a Assembleia autoriza-se a aquisição do imóvel, mas apenas e tão só que deliberasse sobre a aprovação da minuta do contrato para que o promitente vendedor ficasse com a expectativa garantida que o negócio iria ser efectivado. -----

----- A um áparte disse: “exactamente, era só para confirmar isto, porque esta é realmente uma questão importante, até porque, não sendo assim, teríamos também que proceder à avaliação dos imóveis. Portanto, não sendo isso o nosso acordo total”. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação da proposta 80/2003 tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e a abstenção do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 7/2003 – APROVAR RATIFICAR O PROTOCOLO DE ACORDO PARA A AQUISIÇÃO DA COLECCÃO FRANCISCO CAPELO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E FRANCISCO CAPELO BERNARDO ROSÁRIO, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N° 1 E DA ALÍNEA I) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** ----

----- PROPOSTA 7/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- A “Colecção Francisco Capelo” constitui um acervo único, coerente e excepcional de obras de arte na área do design e na área da moda; -----

----- O Museu do Design a que essa Colecção Capelo deu origem é uma referência cultural, educacional e turística da Cidade de Lisboa; -----

----- Foi resolvido o PROTOCOLO celebrado com a Fundação das Descobertas / Centro Cultural de Belém, que servia de base ao funcionamento do Museu do Design no Centro Cultural de Belém; -----

----- Na sequência dessa resolução o dono da “Colecção Francisco Capelo” decidiu dar um fim definitivo e estável a essa colecção, tendo encarregue a prestigiada firma internacional Philips, de Pury & Luxembourg de proceder à sua avaliação e alienação;

----- No entanto, instruiu a referida empresa no sentido de ser dado um tratamento preferencial e de favor ao Estado Português, nos seus vários níveis, caso este manifestasse interesse na aquisição da “Colecção Francisco Capelo”; -----

----- A Colecção Francisco Capelo foi avaliada de acordo com critérios internacionais em Euros: 10 000 000 (dez milhões de euros), valor fixado para a sua alienação; -----

----- O dono desta colecção, com base nos valores da sua nacionalidade portuguesa e, também, no pressuposto da coerência, integridade, destino museológico e público a assegurar à Colecção Francisco Capelo, privilegiando a sua manutenção em Portugal e em Lisboa, acedeu a aliená-la ao Município de Lisboa permitindo que o seu pagamento se realize num período de 15 (quinze) anos; -----

----- O Município de Lisboa tem interesse em que o acervo da Coleção Francisco Capelo venha, em consequência da aquisição do mesmo, a integrar o património artístico da Cidade de Lisboa; -----

----- A urgência em celebrar tal acordo, sob forma de protocolo, atento o interesse já manifestado por museus estrangeiros na sua aquisição e que conduziriam à sua saída da Cidade de Lisboa e de Portugal; -----

----- Tal processo negocial, pela sua urgência, não se compadeceria com mais adiamentos quanto à firme intenção de adquirir a Coleção Francisco Capelo; -----

----- Foi celebrado o Protocolo de Acordo entre o dono da “Coleção Francisco Capelo” e o Município de Lisboa, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 18 de Dezembro de 2002 (o qual se junta em anexo e faz parte integrante da presente proposta), como consente o n.º 3 do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- A ratificação do Protocolo de Acordo para aquisição da “Coleção Francisco Capelo”, celebrado em 18 de Dezembro de 2002, entre o Município de Lisboa e Francisco José Capelo Ramos do Rosário, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

----- A apresentação deste Protocolo de Acordo à Assembleia Municipal para obtenção da autorização a que alude o n.º 6 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do art.º 22º do mesmo diploma e da alínea r) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

----- O encargo previsto para o presente ano tem enquadramento orçamental na rubrica 11.02/02.01.02 e na acção do plano 05/01/A301/02; -----

----- A presente despesa tem cabimento após a aprovação da 16ª alteração orçamental elaborada para este efeito.” -----

----- (O Protocolo de Acordo, anexo à presente proposta, fica devidamente arquivado, junto da mesma, nos serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, na qualidade de Presidente em exercício da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

----- RELATÓRIO -----

----- “Considerando que por decisão da Assembleia Municipal de Lisboa baixou a esta Comissão a proposta 7/2003 da Câmara Municipal de Lisboa para apreciação e tendo em atenção que: -----

----- a) A Comissão Permanente Intervenção Social e Cultura reuniu para apreciação da referida proposta que originou um conjunto de questões relativas ao documento em causa. -----

----- b) Entendeu a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura solicitar à Câmara Municipal de Lisboa esclarecimentos relativos às questões levantadas. -----

----- c) Neste sentido entendeu a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, solicitar a disponibilidade da Sra. Vereadora da Cultura Maria Manuel Pinto Barbosa e posteriormente a presença do Senhor Presidente da CML que delegou na

Senhora Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa. Oficiou-se ao Gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa colocando as questões levantadas (ofício nº 196/AML/2003) a solicitação do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- d) Na reunião tida a 18 de Fevereiro com a presença da Sra. Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa foram analisadas em detalhe as dúvidas levantadas no ofício mencionado anteriormente. -----

----- e) Foi esclarecido verbalmente pela Sra. Vereadora o tema do ponto 4 do referido ofício, não esclarecendo quanto ao ponto 2 a constituição e as respectivas competências. -----

----- f) Foi afirmado pela Sra. Vereadora o bom entendimento entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministro da Cultura em relação à aquisição da COLECÇÃO pela Câmara Municipal de Lisboa e reafirmado o contentamento do Senhor Ministro da Cultura pela aquisição por parte da CML da COLECÇÃO. -----

----- g) Colocada a questão que o protocolo não dá garantias da salvaguarda dos interesses da CML, a Senhora Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa admitiu a necessidade do aperfeiçoamento do protocolo no que concerne à clausula IV n.º 4 alíneas b) e c) e ao ponto 5 da mesma clausula. Foram suscitadas outras dúvidas sobre outros pontos do protocolo que não obtiveram unanimidade da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura. -----

----- h) Não ficou a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura esclarecida relativamente à denúncia unilateral e suas consequências para a Câmara Municipal de Lisboa do Protocolo existente entre a Fundação das Descobertas e o proprietário da referida COLECÇÃO nomeadamente quanto à concordância expressa. (Ver ponto I do ofício n.º 196/AML/2003). -----

----- i) Colocada a hipótese de solicitar directamente à Fundação das Descobertas documento relativo ao esclarecimento do ponto atrás mencionado pelos representantes do PCP, entendeu a comissão que este esclarecimento deverá ser prestado pela Câmara Municipal de Lisboa aquando da nova apreciação do protocolo em plenário. --

----- Entendeu a Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura que: -----

----- 1) É do interesse da Cidade de Lisboa a aquisição da Colecção Francisco Capelo.

----- 2) É do interesse da Câmara Municipal de Lisboa garantir a salvaguarda dos seus legítimos interesses face a esta aquisição e gestão de tão importante Património Cultural, pelo que o protocolo deve ser revisto no sentido do seu aperfeiçoamento.”-----

----- **O Senhor Presidente** disse que, conforme consensualizado em Conferência de Líderes, cada força política teria três minutos para pedir esclarecimentos à Câmara. ----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que este assunto tinha sido amplamente debatido na última reunião da Assembleia Municipal, onde, de facto, foi posto em evidência um conjunto enorme de argumentos que justificavam que esta colecção fosse comprada da forma que estava estipulada, tendo também sido referido nessa altura – indo agora ao encontro daquilo que foi referido pela Presidente em exercício da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura exprimindo o consenso da Comissão em relação ao tal ponto 4 – que era normal que nas circunstâncias em que a colecção era comprada, com as facilidades

dadas ao comprador, neste caso à Câmara Municipal por poder beneficiar de 16 prestações suaves, atendendo, ainda, àquilo que era o respeito perante o próprio coleccionador pelo trabalho que ele próprio fez durante anos e anos para levar a cabo a colecção, que era perfeitamente natural que ele quisesse preservar a permanência da colecção com a identidade que ele próprio lhe concebera. -----

----- Isso era a coisa mais natural do mundo! E por força disso, por força dessa vontade, ele exprimiu perante a Câmara a necessidade de haver algumas cláusulas que, de facto, obedecessem a algum rigor em termos da sua eventual alteração ou da sua eventual venda, quando se dizia que nada disso seria feito sem o seu consentimento, o que era perfeitamente legítimo no caso concreto em que acontecia. Aliás, isso para a Câmara era uma garantia, não podia ser considerado como uma coisa que diminuía mas antes como uma coisa que acrescentava, já que, de facto, da parte da Câmara passaria a haver uma pessoa, que teria as funções que o órgão de gestão cultural viesse a determinar, mas que tinha como interesse principal a preservação daquela colecção. E ele, obviamente, era a pessoa mais indicada para o fazer. -----

----- Portanto, não via necessidade que se estivesse a criar um *fait divers* relativamente a esse tipo de precisão, já que achava muito bem que o Sr. Francisco Capelo se dedicasse com fervor à conservação daquele património, que se dedicasse com amor, durante 15 anos, a esse trabalho em prol da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, depois de felicitar o Sr. Presidente e desejar-lhe o melhor êxito no desempenho do novo cargo, começou por questionar a Mesa sobre quanto tempo tinha para a sua intervenção, e tendo o Sr. Presidente respondido que, conforme decidido em Conferência de Líderes, cada Grupo Municipal tinha três minutos, adiantou que três minutos eram manifestamente insuficientes para aquilo que pretendia dizer. Se assim tinha sido consensualizado na Conferência de Líderes teria que aceitar, mas lamentava que assim fosse. -----

----- E lamentava porque se tratava duma questão realmente importante. Portanto pedia que lhe dessem mais algum tempo porque de contrário a sua intervenção ficaria largamente prejudicada. -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo orador, solicitou-lhe que pusesse as questões rapidamente à Câmara para que não tivessem ali um impasse. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, retomando o uso da palavra, disse que não se tratava de um *fait divers*, mas havia toda a razão para que a proposta tivesse baixado à Comissão, porque a própria Comissão votara por unanimidade que havia necessidade de se fazer uma revisão do protocolo. Pessoalmente votara aquilo que foi consensual, embora considerasse insuficiente, mas realmente houve um grande esforço de toda a Comissão para que se chegasse a esse consenso. Mas havia aspectos que continuavam gravosos! -----

----- Uma primeira questão é que o Sr. Presidente da Câmara adquirira uma colecção sem antecipadamente se informar junto do Centro Cultural de Belém sobre a questão

do protocolo. Foi pedido que trouxesse uma informação escrita se tinha realmente uma prova dessa denúncia. -----

----- Mas essa questão da aquisição era, à partida, uma matéria fundamental já que a Câmara não precisaria de comprar a colecção porque não havia o risco de ela sair de Portugal. -----

----- Quanto ao facto do protocolo salvaguardar ou não os interesses da Câmara, disse que a Comissão concluíra que não. Mas o próprio protocolo continha – e teria que ser alterado – incorrecções e lapsos até quando focava a legislação em que se fundamentava. Por exemplo, na cláusula VII, a Lei 31/87, de 29 de Agosto, estava incorrectamente citada. Não era de 87 mas sim de 86, era um pequeno lapso, mas era um lapso. -----

----- Fundamentalmente o n.º 4 da cláusula IV era gravoso para o Município, mas num esforço de consensualização propunha que a Câmara aceitasse a seguinte redacção: ---

----- “O colecionador será sempre ouvido sobre todas as propostas de inclusão de novas obras de arte no acervo da colecção, com vista à salvaguarda do respeito das condições fixadas no protocolo em função da autoria e denominação da Colecção Francisco Capelo”. Mas que fosse eliminado o ponto 5 que tinha a ver com as penalizações que existiriam no caso de não cumprimento das alíneas b), c) e d). -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, começou por perguntar à Câmara se pretendia esclarecer o Plenário neste momento sobre as dúvidas colocadas no Parecer da Comissão, para que depois, então sim, pudesse intervir sobre esta proposta. -----

----- **A Senhor Presidente** chamou, um a um, os restantes partidos para intervir, mas como todos prescindiram do uso da palavra, deu a palavra à Câmara para prestar esclarecimentos. -----

----- **A Senhora Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa**, responsável pelo Pelouro da Cultura, disse que já na última reunião a aquisição desta colecção foi objecto de uma discussão bastante alongada na Assembleia Municipal, como também tinha sido anteriormente objecto de grande discussão no Executivo municipal onde foi aprovada por unanimidade. -----

----- Era evidente que tinha interesse que todas as propostas fossem debatidas e por isso mesmo, maugrado toda a discussão havida anteriormente na Assembleia, a proposta, como referira a Deputada Municipal Ana Sara Brito, baixara à Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura para serem rectificadas alguns pontos. Tiveram na Comissão uma conversa bastante alongada, muito civilizada, que deu para discutirem os vários pontos que estavam em causa: a propriedade da colecção; onde se pretendia instalar a colecção, quer fosse o núcleo do *design*, quer fosse o núcleo de moda. E em relação à questão da instalação da colecção teve ocasião de dizer que entendiam que numa primeira fase, pelo menos o núcleo de *design*, deveria continuar a ser integrado no Centro Cultural de Belém, que era um património emblemático da Cidade de Lisboa, e que inclusivamente tinha no seu conteúdo alguns objectos de *design* do *designer* dos interiores do Centro Cultural de Belém, portanto dando a entender que havia um acordo entre as diferentes instituições interlocutoras

interessadas no desenvolvimento de uma política museológica e com responsabilidades nessas matérias. -----

----- Foi nessa altura, aliás, que se disse que fazia todo o sentido que a Câmara Municipal passasse a ter uma intervenção importante dentro do Centro Cultural de Belém, e, por isso, a aquisição da propriedade desta colecção servia uma estratégia que à Câmara parecia importante para ter uma visão integrada dessas questões, e falou-se também da importância do Museu da Cidade ser integrado na rede dos museus municipais. -----

----- Por outro lado, também teve ocasião de dizer que, pelo menos telefonicamente, o Sr. Ministro da Cultura lhe tinha transmitido o seu contentamento pelo facto de uma colecção com o valor que esta tinha não sair de Portugal. Não era sair da Cidade de Lisboa, era sair do País, mas, obviamente, a Câmara queria que ela não saísse de Lisboa. -----

----- Portanto, havia um acordo entre todos no interesse da aquisição da colecção. -----

----- Quanto à reunião que teve na Comissão, disse que era óbvio que havia pontos em relação aos quais havia alguns desacordos, mas reparara que havia um ponto em que toda a gente estava de acordo. Foi-lhe solicitado que a Câmara procedesse à melhoria de alguns pontos do protocolo, e como era óbvio que estes documentos poderiam ser sempre objecto de melhoria, imediatamente entrara em contacto com o Sr. Presidente da Câmara chamando-lhe a atenção que havia alguns pontos que parecia poderem ser melhorados. -----

----- Naturalmente ninguém punha em causa que se a Câmara Municipal de Lisboa considerara importante a aquisição da colecção era porque ela tinha um valor cultural importante, e não era intenção da Câmara ir alienar a colecção. Mas também tinham que perceber que um coleccionador como o Sr. Francisco Capelo, que ao longo dos anos foi construindo essa colecção, continuasse a ter um papel importante na sua gestão cultural. Eram direitos de autor como acontecia com todas as coisas: por exemplo, quando uma pessoa fazia um livro e ele era adaptado ao cinema, com certeza teria direitos na forma como se fazia essa adaptação. Portanto, havia ali um problema de direitos de autor do Sr. Francisco Capelo que tinham que ser protegidos. -

----- Por outro lado, seria bom que se reparasse também que o Presidente da Câmara conseguira que o pagamento da colecção fosse feito ao longo de 16 anos, o que era extremamente favorável para a Câmara. -----

----- Mas havia um ponto a que foram particularmente sensíveis, porque entenderam que podia melhor proteger, ainda de uma forma mais firme e transparente, os legítimos interesses da Câmara. Referia-se à cláusula IV, onde na parte que tinha a ver com o equilíbrio entre os poderes de gestão cultural do Sr. Francisco Capelo e da Câmara Municipal, pensaram que efectivamente poderiam ser melhorados. E, nesse sentido, porque a Assembleia só podia aprovar ou rejeitar as propostas da Câmara, mas podia fazer recomendações para alterar as propostas que dela emanavam, a Câmara propunha a seguinte alteração: -----

----- Proposta de alteração do Protocolo para Aquisição da Colecção Francisco Capelo ----
----- Cláusula IV -----

----- “1. (...) -----
----- 2. (...) -----
----- 3. (...) -----
----- 4. (...) -----
----- 5. Caso a CML não cumpra com as obrigações previstas nas alíneas a) a c) do número quatro desta cláusula, sem prejuízo do previsto no número seguinte, vencer-se-ão as prestações de preço que então se encontrarem em dívida, que deverão ser pagas pela CML ao Coleccionador nos termos do número 2 da cláusula terceira. -----
----- 6. O incumprimento referido no n.º 5 antecedente terá de ser confirmado pelo Tribunal Arbitral constituído nos termos da cláusula sétima deste protocolo, que se pronunciará sobre a eventual descaracterização causada pelas aquisições ou alienações referidas nas alíneas a) a c) do n.º 4 desta cláusula à Colecção Francisco Capelo. -----
----- 7. (anterior n.º 6)”. -----
----- Finda a leitura, disse que com esta alteração, embora o coleccionador continuasse a ter um papel especial e pudesse dar a sua opinião sobre o acréscimo ou alienação desta ou daquela peça, ela já não seria a única opinião que prevalecia nessa situação pois teria que ser confirmada por um tribunal arbitral e só a partir daí se passaria a accionar as penalizações previstas. -----
----- A terminar, disse que se a Assembleia acolhesse esta alteração, a Câmara garantia que o protocolo seria rectificado dessa forma. -----
----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que a Sra. Vereadora falara em direitos de autor da colecção, mas eles não existiam. Ele próprio teve ocasião de falar com os directores de dois museus, como também com juristas ligados a essa área, e, de facto, o que existiam eram práticas universais, ao nível da Europa, no sentido de que uma colecção tinha as suas próprias especificidades, ou seja, não havia dois coleccionadores que fizessem a mesma colecção, tinham identidades e a prática corrente era de que devia haver respeito por essas entidades. Mas não havia qualquer obrigação e muito menos direitos de autor. -----
----- Aliás podia citar vários casos, a Gulbenkian e outros, que normalmente eram colecções doadas, o que não era o caso de uma colecção que foi adquirida por um preço comercial. -----
----- Sobre as alterações propostas, disse que pouco melhoravam e não resolviam o problema de fundo que era a possibilidade do coleccionador poder, hipotética e arbitrariamente, bloquear a colecção. -----
----- Acrescentou que a colecção tinha essa identidade, mas o que a Câmara estava a comprar era a colecção Francisco Capelo, e como se ia criar o Museu do *Design* imaginassem o que seria ter lado a lado as duas colecções. Portanto, o que propunha era que fosse respeitada a vontade do coleccionador com esse espírito que imperava em todas as colecções. -----

----- Rematou perguntando se a Sra. Vereadora garantia que havia, efectivamente, direitos de autor. -----

----- **A Senhora Vereadora Maria Manuel Pinto Barbosa** respondeu dizendo que o Direito evolui, mas tinha falado em direitos de autor no sentido exacto que o Deputado Municipal Feliciano David acabara por dizer. -----

----- Respondendo a um áparte, disse que era evidente que percebiam que havia uma especificidade e uma identidade que tinham que ser respeitadas, como percebiam também que não podiam deixar apenas ao coleccionador a decisão sobre tudo. Por isso, entre a opinião ou o juízo emitido pelo coleccionador e a Câmara Municipal de Lisboa, caso não houvesse acordo, puseram o tribunal arbitral, isto é, uma espécie de peritagem, que podiam ser peritos internacionais ou nacionais. -----

----- Portanto, entendia que o assunto estava resolvido, e quanto aos direitos de autor não seria exactamente como referira, mas era a mesma coisa. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que tinha já uma certeza: a Câmara não pensava alienar o património! Isso mesmo havia sido dito pela Sra. Vereadora na sua intervenção, e a palavra da Sra. Vereadora bastava. -----

----- Disse, também, que o PS concordava com a proposta de alteração apresentada porque entendia que ia melhorar o ponto 5 da cláusula IV do protocolo. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, leu novamente a proposta de alteração à cláusula IV do protocolo após o que informou que se ela fosse aprovada pela Assembleia teria que ser depois ratificada pela Câmara. -----

----- Com essa indicação, submeteu à votação a proposta de alteração tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE e a abstenção do PCP e do PEV. -----

----- Depois submeteu à votação da proposta 07/2003 tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE e a abstenção do PCP e do PEV. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PCP considera que a Colecção Francisco Capelo deve manter-se em Lisboa, já que valoriza a capital dos pontos de vista cultural e turístico, e nesse sentido deve ser adquirida ao coleccionador. -----

----- No entanto, o PCP absteve-se na votação pelos seguintes motivos: -----

----- 1. Pela forma intempestiva e incompreensível como o Presidente da Câmara actuou neste processo, adquirindo a colecção sem que previamente tivesse contactado com o CCB para se informar se o protocolo celebrado por esta Fundação tinha sido denunciado, o que não foi o caso, e ter interferido no processo de negociações que estava em curso entre o coleccionador e o Ministro da Educação, assumindo, assim, encargos para a Câmara que podiam ter sido suportados pelo Estado. -----

----- 2. Porque o risco da colecção sair de Portugal, que justificou a sua aquisição, não tem qualquer fundamento já que o protocolo com o CCB se encontra em vigor. -----

----- 3. Porque o protocolo celebrado entre a Câmara e o coleccionador, apesar de algumas pequenas alterações que lhe foram introduzidas não dá ainda garantias de salvaguarda dos interesses da Câmara.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --

----- “A bancada do PS gostava de se congratular com a aprovação desta proposta, por várias razões: -----

----- Primeiro, porque ela consubstancia aquilo que era o desiderato de toda a Assembleia, ou seja, que a colecção permaneça em Portugal, e mais do que permanecer em Portugal permaneça em Lisboa. Acho que este era o desiderato de todos nós. -----

----- Mas sobretudo também, e não ficávamos bem connosco se não disséssemos isto, porque o enorme debate que fizemos na Assembleia Municipal, quer na Sessão anterior, quer em sede de Comissão, provou que era útil e muito importante, porque certamente que a proposta que hoje aprovamos é uma melhor proposta que aquela que foi entregue na Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Eu quase que farei minhas as palavras do Deputado Municipal Dias Baptista. De facto, eu não poderia dizer melhor. Portanto, faço mesmo minhas as palavras do Deputado Municipal Dias Baptista e espero que este facto se repita muitas vezes.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (UDP)**, fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Apenas três coisas muito simples. -----

----- Primeira: Valeu a pena o Bloco de Esquerda ter levantado este problema na Assembleia da República, do risco desta colecção se ir embora; -----

----- Segunda: Que apesar de já estarmos dispostos a votar favoravelmente na última reunião, valeu a pena esta Assembleia Municipal mostrar que é o órgão democrático e o fórum da Cidade para discutir as propostas que a Câmara traz; -----

-----Terceiro: Ao fim e ao cabo, o Sr. Deputado Municipal do PSD chegou à conclusão que o Sr. Presidente da Câmara não tinha razão quando criticou o facto desta Assembleia querer levar isto à Comissão. Ainda bem que o PSD deu a mão, nós damos-lhe também a mão. Este é o fórum democrático da Cidade, é para isso que isto serve, para melhorar todo o trabalho, estamos aqui para trabalhar e não para discutir em vão.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que apenas queria fazer uma breve intervenção para, oficial e institucionalmente, em nome do órgão que dirige, a Câmara Municipal, cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e os membros da Mesa pela eleição e para lhes desejar que o trabalho que iam desenvolver decorresse a bem de Lisboa. -----

----- Da parte da Câmara Municipal, o Sr. Presidente e a Mesa poderiam contar com total disponibilidade para um trabalho de cooperação institucional, sem mácula. -----

----- Disse, ainda, que nesta ocasião gostava de voltar a invocar a memória do antecessor, Dr. João Amaral, para dizer que seria com certeza um honroso peso que o Sr. Presidente da Assembleia teria, e que ajudariam, na Assembleia, a tornar ainda mais honroso pelo modo como soubessem todos seguir o seu exemplo. -----

----- Por fim, dirigiu também uma palavra de felicitação ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Municipal Rosa do Egípto, pelo modo como assegurara durante todo este interregno o funcionamento da Assembleia, e para lhe agradecer o apoio que prestara à Câmara no exercício das suas funções. -----

----- Mais uma vez, Sr. Presidente, os nossos cumprimentos a bem de Lisboa, disse a terminar. -----

----- **O Senhor Presidente** agradeceu as palavras do Sr. Presidente da Câmara dizendo que fariam todos os esforços para que a relação fosse produtiva, correcta e eficaz. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria no próximo dia 11 de Março, em segunda reunião, pelas 15 horas. -----

----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----